



**CONTABILISTAS APROVAM ELEIÇÃO ONLINE:
PARTICIPAÇÃO FOI DE 81%**

**MEIO AMBIENTE: CRC SP ADOTA MEDIDAS
PARA MELHORAR QUALIDADE DE VIDA**



SUMÁRIO

4 Editorial

5 Cartas

ARTIGOS

6 A construção da inteligência fiscal na
alta direção das empresas
Fábio Pereira Ribeiro

8 A importância do fluxo de caixa
Alexandre Violin Garcia
João Marcos Scaramelli

10 Os aspectos fiscais da *due diligence* nas
fusões e aquisições
Marcos Boucinhas

12 AudeSp
Ricardo Rocha de Azevedo

16 Contabilidade ambiental como fonte de aplicação
de recursos em projetos ambientais
Kelly Regina de Oliveira
Luiz Emilio S. Maciel

22 Contabilidade de gestão ou gestão contábil?
Aldo Ferrari

24 Contabilidade tributária: prevenção e planejamento
para eficiência da gestão fiscal
Maria de Lourdes Araújo de Souza Toledo
Jonas Comin de Campos

30 Depreciação, amortização e exaustão dinâmica
financeira e seus efeitos sobre o fluxo de caixa
José Williams Machado de Souza

34 Engajamento ou paixão?
Mônica de Carvalho Pereira

NOTÍCIAS

ANTONIO NEVES DA SILVA

36

Uma vida dedicada á contabilidade

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

37

CRC SP faz campanha para diminuir inadimplência e realiza reestruturação para melhor atender ao Contabilista

FISCALIZAÇÃO

39

Dedicação e muito trabalho marcam a gestão 2006-2007

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

42

Atividades realizadas aumentam o valor dos Contabilistas

REGISTRO

46

Registro no CRC garante vantagens e valoriza o profissional

ESPECIAL

48

Cultura no CRC SP: arte e música

49

Em novembro, “histórias e lendas bahianas”

50

Eventos preparam Contabilistas para desafios

52

Sucesso na eleição do CRC SP: 81% dos Contabilistas aptos participaram

53

CRC SP realiza pesquisa de satisfação

54

Lavrada escritura do prédio adquirido pelo CRC SP

56

Entrevista: Valdir Saviolli

60

CRC SP em busca de um mundo melhor

62

Entrevista: Wiliam Corrêa da Silva



O CRC SP estará sempre com você!

É tempo de agradecer a todos que estiveram conosco na gestão 2006-2007 do CRC SP. Companheiros do Conselho Diretor, colegas de Plenário, delegados, colaboradores do Conselho, Entidades Congraçadas e, principalmente, você, Contabilista!

Graças a você, começamos nosso trabalho olhando para o futuro, caminhando rumo à excelência e fazendo desta uma das profissões mais prestigiadas do Brasil.

As ações do Planejamento Estratégico 2006-2015 continuarão na próxima gestão, em parceria com o CFC e as demais Entidades Contábeis do Estado de São Paulo. A excelência, representada por estágios de maturidade no sistema de gestão que estamos desenvolvendo, permitiu a reflexão sobre o futuro da profissão contábil em nosso País e no mundo globalizado.

Com base nestes estudos, propusemos iniciativas ousadas e necessárias para a profissão contábil, como a reformulação da nossa Lei de Regência, o Fórum 2016, a disseminação do SPED e da convergência das Normas Internacionais, dentre tantas outras.

Foi preciso ver o mundo com novos olhos, perceber sua mudança vertiginosa e irreversível nas últimas décadas, suas conseqüências para todos nós e, finalmente, entender como e o quanto o Contabilista do século XXI também mudou. Então, focamos nossos esforços para avançarmos com ordem e progresso.

O planejamento de uma década exige consciência sobre a nova realidade econômica brasileira. E nossa profissão é um celeiro de inovação e oportunidades.

O CRC SP, que tem um histórico de aprendizado organizacional aliado à implantação pioneira de serviços tecnológicos aos Contabilistas, sempre

ergueu a bandeira da inovação, do conhecimento e do desenvolvimento educacional.

Insistimos em mostrar que nós, Contabilistas, devemos assumir, sem medo, assentos na mesa das decisões de empresas públicas e privadas, posicionarmo-nos estrategicamente nos governos municipal, estadual e federal, fazer-se presente, ser ouvido e participante, pois integramos um sistema que aponta a nossa profissão como a mais importante para influenciar e garantir o crescimento do nosso País.

Acreditamos que é pelo crescimento que poderemos gerar mais empregos, diminuir a pobreza, a fome e o analfabetismo no Brasil. O trabalho do Contabilista é decisivo no processo de construção de uma sociedade mais justa.

O CRC SP começou, há 61 anos, com um pequeno grupo de Contabilistas; hoje, somos mais de 110 mil. O CRC SP é você, somos nós, todos os que sentem orgulho de pertencer a uma entidade que, além de regulamentar e fiscalizar, preocupa-se com a nossa evolução profissional e com a sociedade.

É preciso coragem para conquistar novos postos, trabalho para mantê-los e espírito de luta para qualificá-los a cada dia. Podemos vencer todos esses desafios e o CRC SP está ao lado de cada Contabilista disposto a trabalhar pela sociedade.

Um abraço sincero a cada um de vocês e os votos de pleno sucesso na vida pessoal e profissional.

Estaremos sempre juntos!

LUIZ ANTONIO BALAMINUT
Presidente do CRC SP



CONSELHO DIRETOR

Presidente: Luiz Antonio Balaminit

Vice-Presidente de Administração e Finanças: Sergio Prado de Mello

Vice-Presidente de Fiscalização: Domingos Orestes Chiomento

Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional: Claudio Avelino Mac-Knight Filippi

Vice-Presidente de Registro: José Aref Sabbagh Esteves

Câmara de Controle Interno

Coordenador: Walter Lório

Vice-Coordenador: Wanderley Antonio Laporta

Membro: Márcia Ruiz Alcazar

Suplentes: Ana Maria Costa, Telma Tibério Gouveia e Celina Coutinho

Câmara de Recursos

Coordenador: Osvaldo Monéa

Vice-coordenador: Arnaldo Longhi Colonna

Membros: Cláudio Aníbal Cleto, Edevaldo Pereira de Souza e Maria Anselma Coscrato dos Santos

I Câmara de Fiscalização

Coordenador: Vinício Martins Presti

Vice-Coordenador: Niveson da Costa Garcia

Membros: Celso Aparecido Gonçalves, Zaina Said El Hajj e Sérgio Vollet

II Câmara de Fiscalização

Coordenador: Júlio Linuesa Perez

Vice-Coordenador: Celso Carlos Fernandes

Membros: José Carlos Melchior Arnosti, Marilene de Paula Martins Leite e Daisy Christine Hette Eastwood

III Câmara de Fiscalização

Coordenador: Luiz Fernando Nóbrega

Vice-Coordenador: Júlio Luiz Baffini

Membros: Carlos Augusto Nogueira, Cibele Costa Amorim e Neusa Prone Teixeira da Silva

Câmara de Desenvolvimento Profissional

Coordenador: José Joaquim Boarin

Vice-Coordenador: Telma Tibério Gouveia

Membros: José Donizete Valentina, Cloriovaldo Garcia Baptista e Clóvis Ioshike Beppu

Câmara de Registro

Coordenador: Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho

Vice-Coordenadora: Celina Coutinho

Membro: Ana Maria Costa

Conselheiros Suplentes: Adilson Luizão, Almir da Silva Mota, Ana Maria Galloro, Ari Milton Campanhá, Camila Severo Facundo, Carlos Carmelo Antunes, Carmem de Faria Granja, Deise Pinheiro, Dorival Fontes de Almeida, Edevaldo Pereira de Souza, Elza Nice Ribeiro Moreira, Francisco Montoia Rocha, Gilberto Benedito Godoy, Joel Dias Branco, Lázaro Aparecido de Almeida Pinto, Leonardo Silva Tavares, Luciana de Fátima Silveira Granados, Luis Augusto de Godoy, Luiz Bertasi Filho, Manassés Efraim Afonso, Marco Antonio de Carvalho Fabbri, Osvaldo Pereira, Rita de Cássia Bolognesi, Sérgio Borges Felipe, Sérgio Paula Antunes, Setsuo Kaidei Junior, Silmar Marques Palumbo, Teresinha da Silva, Valdimir Batista, Valdir Campos Costa, Vera Lúcia Vada e Wanderley Aparecido Justi.

Boletim CRC SP

Diretor: Luiz Antonio Balaminit

Comissão de Publicações

Coordenador: Vinício Martins Presti

Membros: Antonio Luiz Sarno, Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho e José Joaquim Boarin

Jornalista responsável: Graça Ferrari - MTB 11347

Jornalista: Michele Mamede - MTB 44087

Registrado sob o nº 283.216/94 no livro "A" do 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo

Diagramação: Just Layout

Periodicidade: Trimestral

Fotolito e impressão: Prol Editora e Gráfica

Tiragem: 115.000 exemplares

A direção da entidade não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nas matérias e artigos assinados. **TODOS OS DIREITOS RESERVADOS** – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou qualquer meio, sem prévia autorização.

Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo
Rua Rosa e Silva, 60 – Higienópolis – 01230-909 – São Paulo – SP
Tel.: 11 3824.5400, 3824.5433 (Teleatendimento)
Fax: 11 3662.0035
E-mail: crcsp@crcsp.org.br
Portal: www.crcsp.org.br

“Sugiro que o CRC SP inclua no Boletim uma seção dedicada às informações fiscais atualizadas e importantes aos Contabilistas, já que nossa profissão necessita de grande quantidade de informações e atualizações fiscais, de suma importância”.

DORIVAL CUSTÓDIO

“Gostaria que fossem publicados artigos sobre a Contabilidade e o meio ambiente, já que este é um dos assuntos que mais têm preocupado as pessoas, agora que nos demos conta de como maltratamos nosso planeta”.

JAIME JOSÉ SOARES

“Parabéns aos administradores do Conselho por terem feito a eleição pelo site. Meu pai é Contador e eu achei a votação sensacional! Pretendo fazer o curso de Ciências Contábeis e espero participar das próximas eleições.”

MARCELO A.TAVARES

“Tenho usado o Boletim CRC SP como fonte para meus trabalhos da faculdade. São muito bons e úteis. Continuem publicando.”

ADÉLIA MARIA CONSTANCE DUTRA

“Tive a oportunidade de conhecer o Museu do Conselho. É muito bom ter um local assim, pois conhecendo a sua história, os Contabilistas podem dar valor à profissão. É muito belo.”

ALEXANDRA FÁVERO

A CONSTRUÇÃO DA INTELIGÊNCIA FISCAL NA ALTA DIREÇÃO DAS EMPRESAS

Desde 2002, venho desenvolvendo pesquisas e observações no mercado brasileiro sobre burocracia e questões fiscais em grandes empresas e percebo que as questões fiscal e tributária ainda não são tidas como um fator estratégico nas estruturas de decisão da alta direção das empresas.

As questões fiscal e tributária já passam por um processo estratégico, pois, pela alta carga tributária existente no Brasil, a questão deve ser tomada como um raciocínio no processo de decisão das empresas, independentemente de seu porte, região ou foco de negócio.

Os últimos levantamentos realizados por institutos de pesquisas e entidades de comércio demonstram que as estruturas fiscal e tributária do País não mostram nenhuma mudança e a perspectiva futura é complicada para as empresas, que se vêem totalmente isoladas e perdidas no mundo competitivo dos negócios locais e globais enquanto o governo ruma para um caminho diferente da competitividade empresarial brasileira.

O mais estranho é enxergar que não adianta bater no governo, não adianta reclamar da Receita (que, por sinal, é a melhor do mundo, do ponto de vista do Estado). As empresas precisam tomar uma atitude mais pró-ativa sobre seus ativos fiscal e tributário. Cuidar melhor das informações fiscais já é um grande passo que as empresas devem tomar para minimizar o impacto tributário e fiscal em suas contas.

Outra questão importante para



“A questão fiscal deve ser tomada como estratégica, pois as empresas perdem negócios por falta de certidões e de informações fiscais.”



minimizar o efeito fiscal no caixa das empresas é uma nova atitude por parte das altas direções. A questão fiscal deve ser tomada como estratégica, pois percebemos constantemente que as empresas perdem negócios por falta de certidões e de informações fiscais, não definem negócios bem estruturados devido à falta de entendimento sobre a estrutura tributária, não obtêm resultados no caixa por causa de pagamento de tributos a maior e perdem resultados em virtude de autuações e multas constantes causadas pela falta de controle da estrutura fiscal.

São poucas as empresas que exercem uma atitude preventiva na questão fiscal. Estas atitudes são desenvolvidas a partir de uma perspectiva estratégica com comitês tributários, acompanhamento constante da situação fiscal, elaboração de mapas de baixas de processos e pagamentos de tributos, além da construção de um relacionamento com as diversas repartições as quais estão vinculados.

O grande guru da administração Peter Drucker já dizia que os presidentes das organizações deveriam ter um conjunto estreito de informações para a tomada de decisões. As informações são vinculadas à estrutura de custos, concorrência, clientes, inovação e, no quesito dito mais propriamente brasileiro, tributos.

A construção de uma nova linha de ação para as questões fiscais por parte da alta direção é fundamental para o processo decisório, pois a legislação que está vigorando, as novas

perspectivas que estão por vir na questão de estrutura eletrônica e as novas tendências em relação ao processo de fiscalização e emissão de certidões em nada favorecem as empresas.

Construir uma inteligência fiscal na empresa é fator chave para o processo de gestão fiscal e tributária da organização. E quando falamos em inteligência, significa informação com o mínimo de risco para tomada de decisão.

A gestão fiscal depende de inteligência. O Fisco tem a sua, com cruzamento entre diversas repartições, sistemas de tecnologia da informação com mineração de dados e inteligência artificial, cruzamento de dados em relação a fornecedores, fiscalização na própria repartição (sem a necessidade de presença física no local), autuações e fiscalizações cinematográficas. O domínio das informações fiscais por parte da alta direção é de extrema prioridade nos assuntos estratégicos da organização e isso só depende de uma nova atitude de acompanhamento e relatórios estratégicos.

Esta questão está voltada para todo tipo de empresas, e praticamente 90% das empresas brasileiras sofrem com



“O domínio das informações fiscais por parte da alta direção é de extrema prioridade nos assuntos estratégicos da organização.” 

esse passivo. A competitividade não pode estar à mercê de nossa passividade e, sim, deve ser buscada pelo domínio das informações e pelo controle efetivo da situação fiscal, além de constituir um novo foco de controle das diversas áreas da organização.

Empresas sofrem financeiramente

com isso. Muitas empresas do grupo de Nível 1 da Bovespa (papéis com qualidade e governança) não têm certidão negativa, muitas empresas são obrigadas a disponibilizar judicialmente montante acima de R\$100 milhões para questões futuras de autuações, fiscalizações e processos, outras deixam de ganhar milhões por falta de certidões. Até quando?

Alta direção, tome uma nova atitude, exerça melhor seu domínio pelas informações fiscais, tome decisão mais estratégica nas questões fiscais e tributárias, constitua uma inteligência fiscal.

FÁBIO PEREIRA RIBEIRO

Mestre em Administração com concentração em Finanças e Controladoria, especialista em Finanças, Política Internacional e Inteligência Estratégica.

Diretor de bacharelados da Unimonte e autor do livro Inteligência Fiscal na Controladoria

SOΣA⁺

Contabilidade

Excelência na sua Gestão Contábil

Agilidade e melhor produtividade nos processos
Relatórios personalizados
Plano de contas configurável
Total Integração de Dados
Gráficos
For Windows®



BRASIL
INFORMÁTICA

+55 11 2176-8899

vendasoftware@brasil-info.com.br

www.brasil-info.com.br



A IMPORTÂNCIA DO FLUXO DE CAIXA

O mundo, como um todo, vive uma fase de intensa competitividade mercadológica, tornando cada vez mais difícil para os gestores manter suas organizações atuantes no mercado. Porém, um dado estatístico do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) revela que “a cada dez empresas abertas anualmente em nosso País, em média, sete fecham as portas antes de completarem cinco anos de vida”, colocando em xeque a capacidade de nossos administradores.

Mas, afinal, qual a causa desta triste estatística? Na verdade, são diversas. Falta de preparo, de planejamento e até descaso por parte dos administradores. Uma das causas do problema é a falta de controle do fluxo de caixa. Conforme Assaf Neto e Silva (1997, p.38), fluxo de caixa “é um processo pelo qual a empresa gera e aplica seus recursos de caixa determinados pelas várias atividades desenvolvidas”.

A gestão dos recursos financeiros é uma das principais atividades da

empresa e por esta se faz necessário o efetivo controle dos montantes captados e o acompanhamento dos resultados obtidos, com o objetivo de administrar tais recursos. A DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa) tem como principal função controlar o fluxo de entradas e saídas de dinheiro de uma empresa, evitando desvios financeiros e proporcionando maior transparência ao negócio. No Brasil, a DFC não é obrigatória pela legislação, ao contrário de outros países desenvolvidos.

Toda empresa, independentemente do seu tamanho, necessita de um controle de caixa. Porém, principalmente em microempresas, essa ferramenta não é utilizada, pois a maioria delas é administrada por pessoas da mesma família, que acabam misturando a vida financeira da empresa com a pessoal, impossibilitando o uso adequado da DFC. Outros, não utilizam a Demonstração do Fluxo de Caixa para não deixarem em evidência onde e como gastam o dinheiro da empresa.



“A gestão dos recursos financeiros é uma das principais atividades da empresa e por esta se faz necessário o efetivo controle dos montantes captados.”



Com um efetivo controle do fluxo de caixa e sua projeção, o administrador pode efetuar compras e programar os vencimentos para datas em que provavelmente terá “caixa”, evitando juros por atraso nos pagamentos, contratação de empréstimos emergenciais a juros estratosféricos ou a necessidade de recorrer aos descontos de cheques e/ou duplicatas junto a instituições financeiras. Por meio do planejamento financeiro, o gestor saberá o momento certo em que contrairá empréstimos para cobrir a falta de fundos, bem como quando aplicar no mercado financeiro o excesso de dinheiro, proporcionando maior rendimento à empresa.

Além dos problemas citados, a



“Por meio do planejamento financeiro, o gestor saberá o momento certo em que contrairá empréstimos para cobrir a falta de fundos.”



falta de caixa pode determinar corte de crédito junto a bancos e outras entidades financeiras, bem como descrédito junto aos funcionários, clientes e fornecedores.

Esta ferramenta, por ser de fácil compreensão para todos os interessados, dá condições para melhores decisões com relação à aplicação dos recursos, tornando a empresa mais competitiva e proporcionando um ambiente adequado para a atração e realização de investimentos de curto, médio e longo prazos.

*ALEXANDRE VIOLIN GARCIA E
JOÃO MARCOS SCARAMELLI
Graduandos de
Ciências Contábeis.*



O único com trabalho acumulado é ele.

A EBS Sistemas desenvolve soluções integradas para a área contábil, gestão empresarial e consultoria tributária, que facilitam seu trabalho. Tudo para que você aproveite os momentos especiais da vida, com muito mais tempo.

Região Norte (11) 6221-2088 | Demais regiões (11) 3956-5000



OS ASPECTOS FISCAIS DA *DUE DILIGENCE* NAS FUSÕES E AQUISIÇÕES

Atualmente, com o aumento do fluxo de investimento estrangeiro no Brasil, o investidor tem demandado um volume maior de serviços de *due diligence* para avaliação dos riscos e quantificação das contingências fiscais que possam vir a impactar na formação do preço das empresas objetos de fusões e aquisições.

Essa tendência decorre do aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização disponíveis ao Fisco nas suas várias esferas de competência, tornando os investidores cada vez mais vulneráveis ao surgimento de passivos ocultos após a realização do negócio, caso não sejam criteriosos para concretizá-lo.

Por esta razão, a execução de um serviço de *due diligence* se torna condição indispensável para que a operação se dê sem percalços e seja fechada pelo valor de mercado. Do contrário, caso a entidade adote práticas contábeis inadequadas e possua passivos não contabilizados e não identificados, os sucessores do negócio poderão ser

atuados pelo Fisco durante o prazo prescricional das obrigações e ter seu patrimônio comprometido após o investimento.

Além disso, a identificação e quantificação dos passivos fiscais podem impactar o preço final a ser ofertado pela empresa em negociação. Há situações em que passivos decorrentes de práticas fiscais, trabalhistas e previdenciárias inadequadas reduzem significativamente o valor a ser ofertado pelo negócio podendo até levar à desistência do investimento.

Para mitigar esse risco, tais passivos devem ser quantificados e provisionados numa conta *escrow account* (N.E.: conta caução) para garantir o seu pagamento após o fechamento do negócio. Nessas circunstâncias, as partes envolvidas na transação passam a negociar com maior segurança jurídica, aumentando a probabilidade de a operação ser concretizada.

Se não forem tomadas estas precauções, aumentam os riscos de os passivos permanecerem ocultos e passíveis de questionamento por parte das autoridades fiscais, podendo ocasionar perdas expressivas aos investidores no futuro.

Por esta razão, a certificação das práticas contábeis adotadas pela empresa por Auditoria Independente é de grande importância na tomada de decisões e para a realização de investimentos.

Nesse sentido, aos profissionais envolvidos na viabilização dos negócios cabe proporcionar as melhores condições técnicas e operacionais para a sua concretização, desde a certificação dos procedimentos até a sua avaliação econômica.



“Aos profissionais envolvidos na viabilização dos negócios cabe proporcionar as melhores condições técnicas e operacionais para a sua concretização, desde a certificação dos procedimentos até a sua avaliação econômica.”





Desta forma, cada etapa da prestação do serviço serve para compor o quadro completo de informações para fins de tomada de decisão, proporcionando aos investidores informações detalhadas sobre as circunstâncias do negócio.

Durante o trabalho é fundamental a integração e a coordenação da equipe para que as informações sejam tempestivas e precisas, compondo

um panorama geral das condições do negócio que possibilitem a análise da sua viabilidade e dos riscos envolvidos, culminando na realização do investimento.

Do ponto de vista econômico, a viabilização do fluxo de investimento estrangeiro direto no Brasil traz benefícios gerais, desde a manutenção dos empregos, o ingresso de divisas estrangeiras, até o aumento da arrecadação tributária

decorrente da melhoria das condições micro e macroeconômicas.

MARCOS DA COSTA BOUCINHAS

Diretor de Consultoria Tributária da Boucinhas, Campos e Soteconti Auditores Independentes, membro da RSM International, formado em Direito e Ciências Contábeis.

Cursos nas áreas **Contábil, Fiscal e Administração de Pessoal**, com as últimas alterações da Legislação.

Receba por e-mail nossa Programação Mensal de Cursos cadastrando-se no site www.prodep.com.br

prodep
PREPARAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL S/S LTDA.

26 ANOS TREINANDO PROFISSIONAIS

R. Correia Dias, 352 (Metrô Paraíso)
04104-001 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 5539-1112

lp@letterpress.com.br

AUDES P

A cena se repete: veículos de órgãos públicos de todo o estado se dirigem às diretorias regionais do TCE (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) e pilhas de documentos ali são protocoladas e descarregadas para análise por parte dos técnicos do Tribunal.

Vejamos alguns números: atualmente, temos 645 municípios no estado, sendo que 644 são fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado, com exceção apenas da cidade de São Paulo, que possui Tribunal de Contas próprio. Os municípios do estado possuem 3.131 órgãos públicos (fonte: <http://www.tce.sp.gov.br/>).

Existem, atualmente, diversas prestações de contas que os órgãos são obrigados a enviar para o TCE, como a prestação de contas trimestral do ensino, a bimestral da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), a semestral da ordem cronológica de pagamentos e o balanço anual. Ao analisarmos essa quantidade de documentos obrigatórios, comparando-a com o número de órgãos, podemos imaginar

a quantidade de papel que os órgãos fiscalizadores recebem mensalmente para serem analisados.

Não cabe mais papel nas unidades do TCE-SP. Além das dificuldades trazidas pela falta de espaço físico para armazenamento dos documentos, o trabalho de análise por parte dos Auditores acaba sendo focado em analisar documentos, quando esse tempo deveria ser utilizado para analisar a aplicação do dinheiro público.

Isso sem mencionar as enormes inconsistências geradas ao se entregar em papel tantos relatórios, pois, no fundo, temos as mesmas informações demonstradas diversas vezes em relatórios diferentes, que pela metodologia adotada do preenchimento manual de planilhas acaba tornando passível de erros essas demonstrações.

Analisando o lado do Contador Público, que acaba encarregado de encaminhar as demonstrações legais ao TCE, notamos que ele gasta boa parte do seu tempo preenchendo

planilhas ou alimentando aplicativos disponibilizados pelo Tribunal para prestações de contas específicas, sendo que todas essas informações poderiam ser transmitidas eletronicamente, pois atualmente quase não existem órgãos públicos sem informatização.

Em pesquisa do TCE-SP, em outubro de 2004 (fonte: www.tce.sp.gov.br), verificou-se que 2,5% dos órgãos públicos não possuíam acesso à internet. Levando-se em conta que essa pesquisa foi feita em 2004 e que, a partir dessa data, o aumento do acesso à web foi exponencial, concluímos que o número de órgãos sem nenhum acesso à internet deva ser quase nulo.

Um dado preocupante nessa pesquisa refere-se ao fato de 66% dos órgãos não terem um profissional responsável pela área de TI. Isso se traduz em uma grande ameaça à implantação do projeto, pois esse profissional é peça fundamental do processo. Para que o programa coletor do TCE funcione, é necessária a instalação de um ambiente Java e também do próprio coletor. Essa tarefa é complicada para quem não possui conhecimentos técnicos da área de informática. Portanto os órgãos públicos devem considerar a importância de ter um profissional especializado e mudar o quadro atual.

A partir da demanda gerada pela necessidade de evolução da tecnologia aliada às vantagens da eliminação de papel surgiu o projeto Audesp, que começou em meados de 2003, quando foram analisados os problemas de evolução tecnológica, que necessitavam de adequação. A partir de 2004, o TCE-SP efetuou visitas técnicas a outros Tribunais de Contas de outros estados para conhecer as soluções já adotadas e, desde meados de 2004, iniciou-se a especificação do sistema.



Outra colaboração importante do projeto é “carimbar” eletronicamente o dinheiro público desde o ingresso até a saída, por meio da utilização de fontes de recursos específicas e códigos de aplicação. Assim, quando o município recebe R\$100,00 pelo pagamento de IPTU, é feito um controle para verificar a aplicação constitucional mínima obrigatória de R\$25,00 para a educação e R\$15,00 para a saúde, além de verificar a aplicação do restante. Quando o município recebe certa quantia por meio de um convênio estadual ou federal, o desembolso desse dinheiro será facilmente controlado pelo TCE se for utilizado para a finalidade específica firmada pelo convênio. O controle será feito eletronicamente pelo cruzamento das despesas efetuadas com as receitas arrecadadas, evitando assim a utilização de recursos para objetivos diferentes do que é obrigatório.

A LRF trouxe enormes benefícios para as contas públicas com a implantação da austeridade fiscal, segundo a qual não se deve gastar o que não recebeu, e é preciso ter uma programação financeira da receita comparada com os cronogramas de desembolso mensal da despesa. Caso a receita prevista não se efetive, é obrigação do ordenador da despesa, nos órgãos públicos, fazer a limitação das despesas. O projeto Audesp implanta esse controle eletronicamente, com a transmissão do planejamento inicial dos gastos para o TCE. Deste modo, os órgãos deverão encaminhar mensalmente ao TCE as informações para conferência do equilíbrio entre as receitas e as despesas.

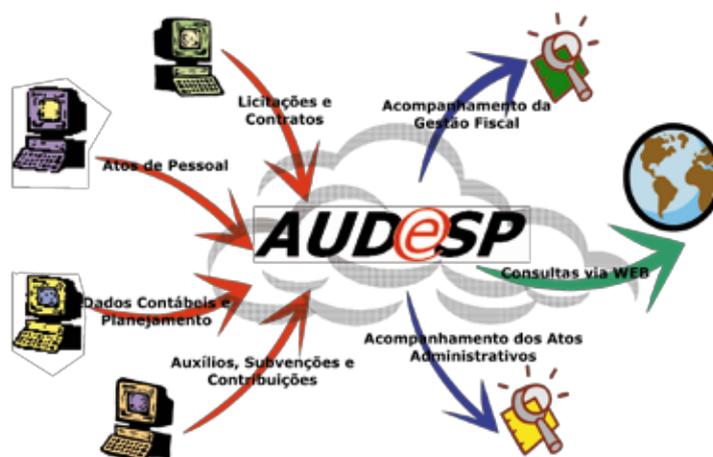
Os órgãos públicos são obrigados a efetuar um planejamento para quatro anos, que é chamado PPA (Plano Plurianual). Nele são estabelecidos todos os programas de governo e as ações para implantação, além de determinar as metas físicas e financeiras para cada um. Tomemos como exemplo o pro-

grama “Morar Bem”, cujo objetivo é a construção de casas populares, 200 por ano, de acordo com as metas físicas. Os programas de governo passarão a ser fiscalizados pelos valores e também pela efetividade. Com o projeto Audesp os programas serão acompanhados eletronicamente e, mensalmente, o TCE poderá saber a evolução de cada um, o que trará enormes benefícios para a sociedade.

O PROJETO ESTÁ DIVIDIDO EM ETAPAS:

- Dados contábeis e de planejamento;
- Acompanhamento de gestão fiscal;
- Atos de pessoal;
- Licitações e contratos;
- Auxílios, subvenções e contribuições;
- Acompanhamento dos atos administrativos;
- Consultas via internet.

ETAPAS DO PROJETO AUDESP



Estamos na primeira fase do projeto, com a implantação dos controles sobre os dados contábeis e o planejamento e acompanhamento de gestão fiscal. Em seguida, será dado início à fase de acompanhamento dos atos de pessoal.

No exercício de 2006, o projeto Audesp iniciou a fase de testes iniciais de

validação, durante a qual as empresas de *software* inscreveram um município como piloto e, assim, efetuaram transmissões de dados. No exercício de 2007, todos os municípios podem transferir dados, bastando entrar em contato com o Tribunal de Contas e solicitar um nome de usuário e a senha.

Desde o ano de 2006, há um grupo de discussão, na internet, sobre o projeto Audesp. São cerca de 200 pessoas inscritas e mais de 800 perguntas respondidas que podem ser consultadas e servem como uma importante base de dados para consulta rápida sobre as dúvidas mais comuns (<http://audesp.tce.sp.gov.br/faq>).

A evolução tecnológica a que temos assistido nos últimos anos em todas as áreas não poderia deixar de ser adotada na fiscalização dos órgãos públicos do nosso estado. Chegou a hora da modernização tanto da gestão pública quanto de sua fiscalização. O TCE não deve apenas checar números em papéis e, sim, fiscalizar a aplicação do dinheiro

público. Somente assim trará benefícios reais a quem realmente interessa: os cidadãos.

RICARDO ROCHA AZEVEDO
Graduando em Ciências Contábeis;
graduado em sistemas
informatizados.

CONTMATIC PHOENIX

20 Anos

Você faz parte da nossa história.



SOFTWARES PHOENIX

ESCRITA G5 PHOENIX

O que dizer de um sistema que desde 1987 se mantém como o Best Seller dos sistemas de livros fiscais.

Jr IRPJ PHOENIX

Até o Simples Nacional fica mais simples para quem utiliza o Jr.

ADM CALC PHOENIX

O Adm Calc é um sistema com diversos recursos como protocolo de documentos, boletos, recibos e muito mais.

WEB PHOENIX

O Web Phoenix permite aos clientes enviar relatórios pela internet, permite digitar lançamentos no cliente, o servidor do escritório não precisa estar ligado.

S R I PHOENIX

Além de enviar relatórios/documentos de arrecadação pela internet, você gerencia e controla tudo o que foi enviado e recebido.

Gratuito para Clientes Contmatic.

FOLHA PHOENIX

Folha de Pagamento que incorpora uma inovadora engenharia de modo a configurá-la às necessidades de sua empresa.

CONTÁBIL PHOENIX

Agilidade, praticidade, rapidez de um sistema de contabilidade geral, mas que incorpora as principais características gerenciais.

GESCON PHOENIX

Financeiro, contas a pagar e receber, fluxo de caixa, boletos, recibos, notas fiscais, protocolos, controle de atendimento e fluxo de trabalho, cálculo de lucratividade. Totalmente integrado aos sistemas Contmatic Phoenix.

E N F S PHOENIX

Assim como toda linha Contmatic Phoenix, totalmente integrado ao sistema de Escrita Fiscal G5 Phoenix.

Gratuito para Clientes Contmatic.

CURSOS

CEAD PHOENIX

Os cursos do CEAD visam aperfeiçoar, qualificar e capacitar os treinandos. Os cursos destinam-se gratuitamente aos usuários Contmatic. Porém se você ainda não é nosso cliente, ligue agora e confira nossa grade de cursos e seus respectivos valores.

Gratuito para Clientes Contmatic.

CONSULTORIA

LEGALMATIC PHOENIX

O Legalmatic é um serviço de Consultoria On-Line gratuita disponível a todos os nossos usuários. Possui um acervo de legislações da área contábil, tributária, trabalhista e previdenciária.

Gratuito para Clientes Contmatic.

Prêmios

Prêmio Personalidade do Ano 2006



1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996

1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006



No ano em que completamos 20 Anos, quero desejar aos meus Amigos e Clientes Um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo. Muito Obrigado, Afinal; você faz parte da nossa história... Sérgio Contente Deus Seja Louvado

2007

www.contmatic.com.br

Matriz:

Rua Padre Estevão Pernet, 215 - Tatuapé
São Paulo - SP - Cep 03315-000
Fone / Fax: (11) 6942-6723

Filiais:

- ✓ Campinas (19) 3213-7007
- ✓ São José dos Campos (12) 3921-0888
- ✓ Marília (14) 3454-7774
- ✓ São José do Rio Preto (17) 3222-6710
- ✓ Ribeirão Preto (16) 3967-3536



CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO FONTE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM PROJETOS AMBIENTAIS

Toda empresa, independentemente do seu tamanho, necessita possuir uma Contabilidade que sirva como um sistema de informações sobre sua vida e tenha, como um dos objetivos principais, formar o sócio para o controle do patrimônio, avaliação de desempenho e tomada de decisão.

Durante anos, as empresas preocupavam-se apenas com o sistema produtivo e mais nada. Mas, com o passar dos anos, o crescimento da conscientização ambiental e a disseminação da educação ambiental colaboraram para o surgimento de vários órgãos não-governamentais e fiscalizadores, fazendo com que essas empresas se adequassem a uma nova realidade. Devido à todas essas mudanças, a Contabilidade, como intermediária entre a empresa e a sociedade, seja ela consumidora ou investidora, também precisou adequar-se, evidenciando as medidas adotadas e os resultados alcançados pelas empresas no processo de proteção e preservação do meio ambiente.

O maior desafio, quando se trata de discutir a questão ambiental dentro de uma empresa com fins lucrativos, é o de

compatibilizar os resultados econômicos com a preservação ambiental. Porém, muitas organizações já descobriram os excelentes resultados em longo prazo. Em muitos países onde há conscientização ambiental, os produtos reciclados têm maior aceitação pela sociedade. Com isso, o padrão de qualidade ISO teve também que se adequar, definindo as normas do ISO 14.000, que se refere ao padrão de qualidade ambiental. Para que tenham o ISO 14.000, as empresas devem possuir uma Contabilidade que desenvolva e incorpore em seus conceitos e métodos formas de registrar e mensurar os eventos econômicos relativos ao meio ambiente.

A CONTABILIDADE E O MEIO AMBIENTE

A Contabilidade Ambiental surgiu em 1970, quando as empresas passaram a dar mais atenção aos problemas do meio ambiente. Ela é a contabilização dos benefícios e prejuízos que o desenvolvimento de um produto ou serviço pode trazer ao meio ambiente. É um

conjunto de ações planejadas para desenvolver um projeto, levando em conta a preocupação com o meio ambiente.

Devido ao aumento das populações e das necessidades de consumo, as indústrias cresceram consideravelmente em número, áreas de atuação e variedade de produtos. Entretanto, não houve disciplina, nem preocupação com o meio ambiente durante muitos anos, tendo como resultado problemas ambientais de grandes dimensões como, por exemplo, o buraco na camada de ozônio.

Os países de Primeiro Mundo, depois de terem degradado praticamente todo o meio ambiente, iniciaram a tentativa de conscientização sobre a necessidade de controlar os processos de industrialização, assim como de recuperá-lo.

Parte da responsabilidade por essa conscientização deve-se aos consumidores, que começaram a exigir mais, selecionando produtos com características específicas, como produção “limpa”, do ponto de vista ambiental.

A Contabilidade, como principal instrumento de comunicação da empresa com a comunidade local ou global,

encontra-se envolvida nesse contexto. Cabe a ela a orientação na elaboração de diretrizes de como produzir o que deve ser evidenciado. Com a evolução e diferenciação das necessidades dos usuários, ela abriu, dentro de seu leque de especializações, o ramo da Contabilidade Ambiental, para integrantes de seu enfoque social.

CONTABILIDADE AMBIENTAL NACIONAL

A Contabilidade Ambiental Nacional diz respeito a toda a nação, subsidiando a geração de indicadores que podem ser utilizados no acompanhamento e avaliação das políticas macroeconômicas ambientais.

A Agenda 21 e o Protocolo de Kyoto determinaram, por exemplo, a prestação de contas de um país a organismos internacionais que representem certo conjunto de países a respeito do cumprimento de metas ambientais por ele assumidas. Esse cumprimento de metas trata, dentre outros assuntos, da diminuição gradual de emissão de gás carbônico, incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento de formas alternativas de obtenção de energia, recuperação de rios e regulamentação de emissões de resíduos poluentes efetuadas pelas indústrias e pela população.

No Brasil, a Lei nº 3.179/99 dedica seu capítulo VI (artigo 225) exclusivamente ao meio ambiente, dando ênfase às penalidades sobre os danos ambientais. Seguem alguns exemplos do que diz a legislação:

- a empresa proprietária de um ativo é responsável por eventuais danos ambientais praticados por proprietários anteriores. Assim, as obrigações ambientais deveriam estar sempre evidenciadas nos relatórios como valor patrimonial negativo. Evidentemente, cabe direito de regresso contra os proprietários anteriores;

- o ressarcimento por danos ambientais pode ser realizado diretamente junto a sócios, pessoas físicas ou jurídicas, independentemente da personalidade jurídica da entidade responsável;

- a obrigação por reparação por danos ambientais pode retroagir para períodos em que inexistia impedimento legal para o desenvolvimento de atividades que, posteriormente, venham a ser consideradas danosas ao meio ambiente. Tal possibilidade representa uma exceção à figura do “direito adquirido”, um dos dogmas do sistema jurídico brasileiro.

Cabe ressaltar que esses aspectos constituem um forte argumento em favor da utilização efetiva da Contabilidade Ambiental pelas empresas. Todavia, muitas empresas desconhecem, não se interessam, ou preferem correr riscos, só tomando alguma providência em relação a danos ambientais por elas produzidos se obrigadas a tal. Outras alegam que danos ambientais registrados preventivamente nos relatórios da empresa representariam o reconhecimento de uma obrigação que poderia não se concretizar. Por isso mesmo, caberia à classe contábil e aos demais segmentos sociais responsáveis divulgar tais informações nos meios empresariais, conscientizando sobre a responsabilidade social inerente à preservação ambiental. E a sociedade, como um todo, também deve ser esclarecida quanto a sua responsabilidade de exigir um comportamento ambiental ético por parte das empresas.

Danos ocorridos como, por exemplo, aqueles de responsabilidade da Petrobras relativos a derramamentos de óleo na Baía da Guanabara, nos rios Birigüi e Iguaçú, poderiam ser evitados, segundo informações divulgadas pela mídia. A empresa, por sua vez, muito provavelmente teria menos despesas com prevenção ao invés dos prejuízos inerentes ao reparo dos danos ambientais produzidos. Tais ocorrências, num país desenvolvido, onde



“A empresa proprietária de um ativo é responsável por eventuais danos ambientais praticados por proprietários anteriores.”



a população está bastante conscientizada em relação a questões ambientais, produziriam enorme desgaste à imagem da empresa. Porém, em países em que não existe essa conscientização, como o Brasil, há uma pernicioso condescendência por parte da sociedade, permitindo que empresas mantenham procedimentos operacionais inadequados.

GASTOS AMBIENTAIS

Existem formas de gastos em que não há uma relação direta evidente com o meio ambiente. Esses gastos estão no contexto geral da empresa e, se não analisados com bastante acurácia e visão sistêmica, não serão percebidos como ambientais.

As empresas industriais são as que obrigatoriamente deveriam efetuar gastos preventivos com o meio ambiente, dada a sua tendência à geração de resíduos.

Alguns anos atrás, foi feita uma pesquisa sobre as empresas mal vistas pela sociedade e a indústria química só perdeu para a indústria de tabaco.

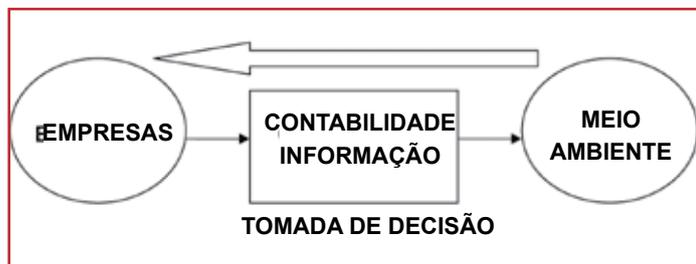
Existe hoje uma campanha com projetos para mudar essa “aparência” e a indústria química Rohm and Haas, localizada em Jacaré (SP), foi a primeira a receber um certificado da ISO 14.000, sobre o meio ambiente. Depois disso, a empresa foi incentivada a fazer mais projetos. A Rohm and Haas acaba de completar o Projeto de Recuperação da Mata Ciliar. Os investimentos na recuperação das matas ciliares do rio Paraíba do Sul fazem parte de uma aplicação global de US\$ 18,9 milhões, que serão usados para recompor a vegetação em cinco bacias hidrográficas do Estado. A empresa plantou mais de 620 mudas de árvore às margens do rio. A expectativa era que fossem investidos R\$ 100 mil na recuperação da mata ciliar até 2006. Até aquele ano, foram plantadas 1.800 árvores. Portanto, mesmo entre as indústrias, existe um alto grau de diferenciação quanto à vocação poluidora, assim como diferentes graus de dificuldades na recuperação de danos causados e aperfeiçoamento no tratamento dos resíduos gerados pelo processo produtivo.

VALORAÇÃO ECONÔMICA AMBIENTAL

Um bem ou serviço ambiental qualquer tem grande importância para o suporte às funções que garantem a sobrevivência das espécies. Todo recurso ambiental tem um valor intrínseco que, por definição, lhe é próprio, interior, inerente ou peculiar. É o valor que reflete direitos de existência e interesses de espécies não-humanas e objetos inanimados.

Portanto, a valoração econômica ambiental busca avaliar o valor econômico de um recurso ambiental por meio da determinação do que é equivalente, em termos de outros recursos disponí-

veis na economia, que estaríamos (os seres humanos) dispostos a abrir mão de maneira a obter uma melhoria de qualidade ou quantidade do recurso ambiental. Exemplo:



A Contabilidade é um instrumento que auxilia nos processos de tomada de decisão tanto da entidade empresarial, quanto dos investidores que se utilizam das demonstrações sociais e contábeis. Sintetizando o conjunto de informações necessárias à gestão responsável dos recursos naturais, renováveis ou não, divulgando o inter-relacionamento entre as empresas e o meio ambiente, a situação patrimonial das empresas face aos problemas ambientais e suas ações para proteção e preservação do ambiente à sua volta, a Contabilidade Ambiental pode ser considerada um elo de ligação entre o sistema econômico da empresa e o meio ambiente onde está inserida.

PARA QUE SERVE A VALORAÇÃO ECONÔMICA AMBIENTAL?

O principal objetivo da valoração é estimar os custos sociais de usar recursos ambientais escassos ou, ainda, incorporar os benefícios sociais advindos do uso desses recursos. Ou seja, o que desejamos é a inclusão dos benefícios (e custos) ambientais nas análises de custo/benefício envolvendo recursos ambientais. Dessa forma, a valoração econômica ambiental é fundamental para a gestão de recursos ambientais, bem como para a tomada de decisões que envolvam projetos com grande impacto ambiental. Além disso, permite inserir de forma mais realista

o meio ambiente nas estratégias de desenvolvimento econômico, sejam estas locais, regionais ou nacionais. Podemos citar como exemplo:

- *Camada de ozônio (efeitos e prejuízos):* segundo o Fundo Mundial para a Natureza, cerca de 35% dos ecossistemas europeus já estão seriamente alterados e cerca de 50% das florestas da Alemanha e da Holanda estão destruídos pela acidez da chuva. Nos EUA, onde as usinas termoelétricas são respon-

sáveis por quase 65% do dióxido de enxofre lançado na atmosfera, o solo dos Montes Apalaches também está alterado, com uma acidez dez vezes maior do que a das áreas vizinhas de menor altitude, e cem vezes maior que a das regiões onde não há esse tipo de poluição. Isso provoca muitos prejuízos para o meio ambiente.

- *Lagos:* os lagos podem ser os mais prejudicados com os efeitos da chuva ácida, pois podem ficar totalmente acidificados, perdendo toda a sua vida.

Imagine uma floresta com muitas árvores; duas árvores são atingidas pela chuva ácida e morrem. Algum tempo após, muitas plantas que se utilizavam da sombra destas árvores morrem e assim vai indo até formar uma clareira. Essas reações podem destruir florestas.

- *Agricultura:* a chuva ácida afeta as plantações quase do mesmo jeito que as florestas, só que são destruídas mais rapidamente, pois as plantas são do mesmo tamanho e mais áreas são atingidas ao mesmo tempo.

MÉTODOS DE VALORAÇÃO ECONÔMICA AMBIENTAL

Os principais métodos, classificados como diretos e indiretos, são

baseados em funções de produção ou de demanda.

MÉTODOS INDIRETOS

Os métodos de valoração indiretos são aqueles que inferem o valor econômico de um recurso ambiental a partir da observação do comportamento dos indivíduos em mercados relacionados com o ativo ambiental, sejam estes de bens complementares ao consumo do recurso ambiental ou de bens substitutos ao mesmo.

Os métodos indiretos só estimam valores de uso, pois observam o comportamento do indivíduo em mercados de bens complementares ou substitutos ao consumo do recurso ambiental.

MÉTODOS DIRETOS

Os métodos de valoração diretos procuram inferir as preferências individuais por bens ou serviços ambientais a partir de perguntas feitas diretamente às pessoas e estas estabelecem suas preferências em relação ao recurso ambiental. Logo são classificados como métodos diretos.

BALANÇO PATRIMONIAL COM ÊNFASE NO MEIO AMBIENTE

O Balanço Ambiental tem como principal objetivo tornar pública, para fins de avaliação de desempenho, toda e qualquer atitude das empresas. Toda e qualquer atividade, desenvolvida ou em desenvolvimento, ocorrida ou a incurrir, não importando se em maior ou menor relevância, desde que, mensu-

rável em moeda, cause ou possa vir a causar qualquer tipo de dano ao meio ambiente.

Também toda e qualquer ação destinada a amenizar e/ou extinguir tais danos deve ser registrada em contas contábeis específicas, na data de sua ocorrência, em consonância com o disposto nos Princípios Fundamentais de Contabilidade (Resolução nº750/93, do CFC), mediante adoção dos seguintes procedimentos:

a) Os custos ambientais representam aplicação direta ou indireta no sistema de gerenciamento ambiental do processo produtivo e em atividades ecológicas da empresa.

b) Os ativos ambientais são todos os bens e direitos destinados à atividade de gerenciamento ambiental ou provenientes dela, podendo estar

www.modulosintegrados.com.br | vendas@modulosintegrados.com.br

Nossos PRODUTOS

- Folha de Pagamento
- Escrita Fiscal
- Contabilidade
- LALUR
- Livro de Duplicatas
- Ponto Eletrônico
- Financeiro
- Backup Programado
- A Módulos armazena seus dados com segurança e tecnologia
- Arquivos Word e Excel;
- Imposto de Renda Física e Jurídica;
- Nova Guia e Declaração do Simples;
- Arquivos de Banco de Dados;
- Arquivos da Conectividade;



Nossas Soluções para o SIMPLES NACIONAL

- Faturamento dos 12 Últimos Meses;
- Faturamento Acumulado no Ano;
- Valor Bruto das 12 Últimas Folhas de Pagamento;
- Demonstrativo do Cálculo da Guia Analítico.

COMPRE AGORA E PAGUE APÓS O CARNAVAL

São Paulo e demais localidades | Litoral
(11) 4994.5237 (13) 3252.3528

Compatível com qualquer versão

em forma de capital circulante ou capital fixo.

c) Os passivos ambientais, todos relacionados a financiamentos específicos, contingências vinculadas ao meio ambiente, desde que claramente definidas, deverão ser classificados no passivo circulante ou realizável de longo prazo, em contas contábeis específicas.

d) Notas Explicativas Ambientais deverão ser destacadas das demais notas e conter as informações sobre critérios adotados com relação a: a) avaliação dos estoques ambientais; b) formas de avaliação e depreciação, inclusive taxas utilizadas no exercício; c) avaliação do

ativo diferido, destacando as bases utilizadas pela empresa para ativar os gastos ambientais; d) dívidas relacionadas ao meio ambiente, informando, inclusive, o critério contábil de apropriação; e) valor do lucro do exercício destinado à sua utilização no meio ambiente.

De acordo com as Normas e Procedimentos de Auditoria, NPA 11, Balanço e Ecologia, do Ibracon, e pela importância que tem a Ciência Contábil e, conseqüentemente, as Demonstrações Contábeis, não somente para os capitalistas da sociedade, mas também para toda uma comunidade, estamos propondo que o Balanço Patrimonial,

inclusive as Notas Explicativas das empresas, independentemente de serem elas públicas ou privadas, deva ser publicado, doravante, com destaque para as questões ambientais, cujo modelo proposto transcrevemos abaixo.

CONCLUSÃO

A questão da Contabilidade Ambiental está em processo de evolução no Brasil. Por ser um tema relativamente novo, muito pode ser discutido e estudado, pois sua prática ainda não está regulamentada. A leitura deste artigo permite ao leitor se inteirar, de maneira sintetizada, sobre a situação em que a Contabilidade Ambiental se encontra no Brasil. A empresa precisa se adaptar aos parâmetros exigidos para não agredir o meio ambiente e, por meio do reconhecimento e divulgação do seu passivo ambiental e da evidenciação dos ativos ambientais e dos custos e despesas com a preservação, proteção e controle ambiental, ela torna claro para a sociedade o nível dos esforços que estão sendo desenvolvidos para alcançar tais objetivos. É importante o desenvolvimento de uma consciência ambiental junto à classe empresarial e administrativa em todas as áreas e esferas (regional, nacional e internacional). A sociedade em geral, especialmente os consumidores, também precisa engajar-se nesse processo e participar mais ativamente dos esforços pela preservação do meio ambiente. De sua parte, a Contabilidade tem uma parcela da responsabilidade social, podendo, por meio de seus profissionais e corporações de classe, influenciar empresários e utilizar um instrumental poderoso para isso: a Contabilidade Ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Araceli C.S. *Contabi-*

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE
Circulante Financeiro	Circulante Financeiro
Caixa e Bancos	Fornecedores
Clientes	Títulos a Pagar
Estoques	Circulante Ambiental
Circulante Ambiental	Fornecedores
Estoques	Financiamentos
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
Longo Prazo Financeiro	Longo Prazo Financeiro
Títulos a Receber	Financiamentos
Longo prazo Ambiental	Longo Prazo Ambiental
Estoques	Financiamentos
PERMANENTE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Permanente Financeiro	Patrimônio Líquido Financeiro
Investimentos Financeiros	Capital Social
Ações de outras Companhias	Reservas de Capital
Imobilizado Financeiro	Reservas de Lucros
Máquinas e Equipamentos	Lucros (Prejuízos) Acumulados
Veículos e Acessórios	Patrimônio Líquido Ambiental
(-) Depreciação Acumulada	Reservas para Preservação do Meio Ambiente
Diferido Financeiro	
Despesas de Exercícios Seguintes	
<i>Permanente Ambiental</i>	
<i>Imobilizado Ambiental</i>	
Máquinas e Equipamentos	
Instalações	
(-) Depreciação Acumulada	
Diferido Ambiental	
Aplicação de Recursos em Projetos Ambientais	

lidade Ambiental - uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2003.

PAIVA, Paulo Roberto de. *Contabilidade Ambiental*. São Paulo: Atlas, 2003.

MAY, Peter Hermann; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria. *Economia do Meio Ambiente* - teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

MOURA, L.A.A. *Economia Ambiental* - gestão de custos e investimentos. Juarez de Oliveira: São Paulo, 2000.

Ministério do Meio Ambiente. *Manual para apresentação de projetos*: demanda espontânea. Brasília: Fundo Nacional do Meio Ambiente, 2001.

Projeto Águas e Florestas - Contrato www. Brasil / CPS 585-200 - Relatório PAF-RT-01/033. *Primeiro Relatório do Projeto Águas e Florestas na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul*. Resende, junho de 2003.

SITES

<<http://www.gestiopolis.com/recursos3/docs/fin/contgesamb.htm>>. Acesso em: set. 2006.

<http://www.wwiuima.org.br/contab_ambiental_af.htm>. Acesso em: set. 2006.

<<http://br.monografias.com/trabalhos/passa/passa.shtml>>. Acesso em: set. 2006.

<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.htm>>. Acesso em: set. 2006.

<<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: set.2006.
<<http://www.aguaonline.com.br>>. Acesso em: out. 2006.

Jornal do Meio Ambiente Contabilidade Ambiental, edição de 13 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.jornaldo-meioambiente.com.br>>. Acesso em: out. 2006.

<<http://www.terra.com.br/lazer/staruck/chuvacida.htm>>. Acesso em: dez. 2006.

KELLY REGINA DE OLIVEIRA
Graduanda em Ciências Contábeis.

LUIZ EMILIO S. MACIEL
Consultor de empresas, pós-graduado em Direito Tributário e Avaliações Periciais Contábeis, professor universitário.

A diferença entre a Pequena Empresa e a empresa pequena é a capacidade de planejamento e gestão de seu administrador!



A Add Tools, SAP Business Partner, apresenta o ERP **SAP Business One**. Elaborado para as Pequenas Empresas que querem crescer, integra Finanças, Vendas, Serviços, Compras, Estoques e Fabricação. Implantado em mais de 40 países, agrega 34 anos de evolução tecnológica e de processos.



addtools

Add Tools Software Ltda.
R. Pequetita, 145 - 6º andar - V. Olímpia
04552-060 - São Paulo - SP
F. 11 3054-0106 - www.addtools.com.br

O SAP Business One tem o tamanho de sua empresa e cabe no seu bolso!

Atuamos no mercado brasileiro desde 1993 em Consultoria Organizacional e de Processos, Rentabilidade de Produtos e Clientes, Custeio ABC, Planejamento, Orçamento e Avaliação de Capital Humano, integrados com desenvolvimento e implementação das melhores ferramentas de TI. Consulte-nos.



CONTABILIDADE DE GESTÃO OU GESTÃO CONTÁBIL?

Poucos empresários sabem da real necessidade de terem a Contabilidade como ferramenta gerencial para a tomada de decisão, principalmente em uma economia de mercado cada vez mais competitiva e globalizada.

São empresários que olham para a Contabilidade de maneira diferenciada, que nela encontram as melhores respostas para as suas tomadas de decisão ou de um planejamento (caminho) a ser seguido.

Não olham para os relatórios contábeis como se fossem simplesmente uma enorme quantidade de dados sem sentido de valores, mas enxergam nesses relatórios os norteadores para suas empresas e negócios. É com base nesses relatórios que esse novo empresário toma as suas principais decisões e estratégias de ação, para o presente e o futuro.

Eles apostam em um novo conceito de Contabilidade, a Contabilidade de Gestão, que se difere, em muito,

da simples e medieval técnica contábil dos dias atuais e nos moldes tradicionais. As empresas carecem de um novo modelo de Contabilidade, mais criativa e envolvida com a gestão dos negócios.

Na Contabilidade de Gestão, ou em sua prática, não basta somente preencher guias de impostos, declarações acessórias ou mesmo lançar mecanicamente a movimentação financeira de determinada empresa. É necessário ver a Contabilidade de forma macro, como um todo, da mesma forma que o empresário vê seu negócio.

O Contabilista deverá exercer a parte mais nobre da sua profissão: de Contador a Consultor. Ele deve abandonar a figura do Contador ou *Controller*, que só executa as funções do passado, para se tornar um novo tipo de profissional da Contabilidade, com ampla habilidade e que dedique mais tempo à aplicação da



“As empresas carecem de um novo modelo de Contabilidade, mais criativa e envolvida com a gestão dos negócios.”



Contabilidade como instrumento de gestão.

É preciso compreender a empresa em todos os seus aspectos – como ela compra, produz e ao final, comercializa seus produtos e serviços, ter presença e ciência de todas as etapas de produção/comercialização do negócio.

Deve-se mudar de uma postura passiva para uma postura pró-ativa. Olhar para o negócio passo a passo, item a item, nos mínimos detalhes e peculiaridades, havendo começo, meio e fim, desde o planejamento, passando pelas operações cotidianas da empresa até chegar ao resultado final.

Se a Contabilidade é essencial para a vida e a expansão das empresas, a Contabilidade de Gestão é a evolução e a peça fundamen-





tal para aumentar a eficiência nos negócios. Entre as empresas que nascem anualmente, cerca de 29% morrem logo no primeiro ano de vida. A maioria morre por falta de planejamento prévio ou por gestão deficiente do negócio. Apenas 44% sobrevivem até o quinto ano de vida (fonte: Sebrae-SP, 2005).

Tendo em vista as informações acima, torna-se necessário a inversão dos valores da tradicional Contabili-

dade para a Contabilidade de Gestão, com dados e informações gerenciais que servirão de instrumentos para ação e/ou tomada decisão.

As empresas de Contabilidade assumem um papel de grande importância neste novo contexto. O empresário contábil deixou de ser um mero Contador coletor de dados para ser um gestor de empresas, ou seja, um orientador. Ele passa a ser responsável pelos dados gera-

dos pela empresa, identificando-os, armazenando-os, acumulando-os e interpretando-os a fim de transformá-los em informações úteis, confiáveis e compreensíveis ao empresário, seus executivos, e à economia como um todo.

ALDO FERRARI

Bacharel em Administração de Empresas.

Informação é importante
por que gera poder ou por que
amplia o conhecimento?

SuperSoft
SISTEMAS

Sistemas Inteligentes

Televeredas 0800 12 74 55 - São Paulo (11) 2626-1835 - São Paulo Interior (19) 3522-8300

siger
plenus

Lectus

CS

CS

Contabilidade, Escrita Fiscal, Folha de Pagamento, Controle Patrimonial, Adm. De Escritório

GESTÃO EMPRESARIAL: Vendas, Compras, Controle de Estoque, Custos e Formação de Preços, Financeiro, Sistema da Qualidade, PPCP, Sac e Assistência Técnica, PPP.



CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA: PREVENÇÃO E PLANEJAMENTO PARA EFICIÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

A Contabilidade é a ciência que estuda, registra e controla o patrimônio e as mutações que nele operam os atos e fatos administrativos, demonstrando, no final de cada exercício social, o resultado obtido e a situação econômico-financeira da entidade, aplicando-se os princípios das normas da Contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada.

A Contabilidade tributária conceitua-se como o estudo da teoria e a aplicação prática dos princípios e normas da legislação tributária, sendo considerada responsável pelo gerenciamento dos tributos incidentes nas diversas atividades de uma organização, adaptando-se ao dia-a-dia empresarial e às obrigações tributárias, de forma a não expor a entidade a possíveis sanções fiscais e legais.

Tributo, conforme o CTN (Código Tributário Nacional), é toda prestação pecuniária compulsória em moeda, ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Na gestão tributária, o profissional e o administrador devem obedecer, além das normas dos Princípios Fundamentais da Contabilidade, a legislação tributária concernente à correta apuração, registro, divulgação e arrecadação dos vários tributos que incidem nas diversas fases de atividades das organizações.

GESTÃO FISCAL

Trata-se, especificamente, da execução do cumprimento das obrigações e rotinas referentes às atividades a serem exercidas, utilizando-se das formas lícitas para uma economia tributária e conseqüentemente, obtenção de melhores resultados.

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO PREVENTIVO

Para implementação do planejamento é necessário o estudo a partir de diversos tipos de informações, que devem ser disponibilizadas pelo administrador. No entanto, deve ser feito

antes de ocorridos os fatos geradores dos tributos que incidirão ou não sobre os atos e os negócios jurídicos que serão realizados ao desempenhar a atividade econômica.

O planejamento consiste no estudo das alternativas legais possíveis e menos onerosas juridicamente, disponíveis na legislação tributária. A economia tributária, obtida nesse contexto, é denominada de elisão fiscal e será relatada e conceituada logo adiante.

A estratégia mais empregada nos dias atuais, em todo o mundo, é a da redução de custos. Dessa maneira, para que se obtenha a minimização dos custos tributários, de forma a atingir melhores resultados, são imprescindíveis o planejamento e gerenciamento em todas as fases da cadeia de valores do ciclo produtivo e comercial.

A ausência do planejamento estratégico poderá impactar em um plano para investimentos futuros, devido a uma possível insuficiência de caixa, gerando a redução desnecessária de reservas para cobertura de gastos que



“O apoio administrativo do profissional contábil é de grande importância, na medida em que interage em consonância com os objetivos estratégicos.”



não são do conhecimento ou não estavam previstos.

Diante dos fatos, a correta execução das tarefas inerentes ao planejamento preventivo indica que o profissional e o administrador precisam aplicar conhecimentos referentes à legislação do tributo a ser reduzido, para

que, a partir desses cenários, seja possível planejar o mais rápido possível a melhor alternativa e maneira para a execução das operações comerciais.

Portanto, é necessário realizar estudos e pesquisas com profundidade:

- Sobre todas as situações em que é possível o crédito tributário, principalmente, em relação aos chamados impostos não-cumulativos;
- Sobre todas as situações em que é possível o diferimento (postergação) dos recolhimentos dos impostos, o que permite o melhor gerenciamento do fluxo de caixa;
- Sobre todas as despesas e provisões permitidas pelo Fisco como dedutíveis da receita; e
- Com atenção às mudanças nas normas e aos impostos nos resultados.

No caso de não entendimento e interpretação, devem ser elaboradas consultas formais junto à jurisdição pública.

O apoio administrativo do profissional contábil é de grande importância, na medida em que interage em consonância com os objetivos estratégicos, implantando e conduzindo a informação de acordo com as reais necessidades.

Ao desenvolver as atividades, deve-se agir de forma estritamente preventiva, procurar projetar de forma clara os atos e fatos administrativos de modo a deixar transparente para todos os envolvidos as informações referentes aos tributos. Poderá, ainda, usufruir, em toda plenitude, de todas as formas legais para a realização das atividades.

Para que isso ocorra, se houver dificuldade para definição da realização dos atos e fatos, deve-se procurar o apoio de uma assessoria que conheça e possa realizar o planejamento visando às prevenções e obrigações, quando o fato gerador assim o exigir.

COORDENAÇÃO DA GESTÃO FISCAL

Realiza-se com o propósito de adequação e alternativas, porém os objetivos são as necessidades e controles das operações. As atividades do setor são excessivamente voltadas para processos, rotinas e regulamentações constantes das normas tributárias.

Assim, considerando a velocidade das mudanças, faz-se necessário a realização de cursos e treinamentos constantes, que devem ocorrer de forma periódica, utilizando-se métodos relacionados à atualização da Legislação Tributária.

Deve-se promover, de alguma forma, a motivação dos profissionais objetivando resultados satisfatórios.

ELISÃO FISCAL – FORMA LÍCITA E LEGÍTIMA PARA OBTER REDUÇÃO DOS TRIBUTOS

O planejamento tributário é a atividade preventiva que estuda os atos e negócios jurídicos que o agente econômico (empresa, instituição, cooperativa, associação etc.) pretende realizar.

Portanto, para obtenção de uma eco-



nomia tributária são utilizadas alternativas legais por meio de lacunas da lei, a denominada elisão fiscal, que possibilita a realização das operações de forma menos onerosa, sem contrariar a lei.

As formas menos onerosas podem ser isenções, benefícios concedidos, redução da carga tributária, suspensão para o momento da operação e incentivos fiscais, entre outras, conforme a legislação em vigência. Exemplos:

a) No anexo II, RICMS/SP, o artigo 1º estabelece a redução da base de cálculo do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) em operação interna ou interestadual para aeronaves, partes e peças, de forma que a carga tributária resulte no percentual de 4%. Aconselha-se a análise de todo o artigo. O contribuinte tem que constar em relação divulgada do ato Cotepe/ICMS (Comissão Técnica Permanente do ICMS), última publicação nº 84/06, no DOU (*Diário Oficial da União*), de 22 de dezembro de 2006.

b) Suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, na aquisição de bens (ativo imobilizado) em benefício da produção, para empresas preponderantemente exportadoras, conforme Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, denominada Recap (Regime Especial de Aquisição de bens do ativo imobilizado para empresas exportadoras). Aconselha-se a análise da Lei e Decreto.

c) A existência da Zona Franca de Manaus, no Amazonas, cujo modelo de desenvolvimento tem por objetivo viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental, promovendo a melhor integração produtiva e social dessa região, por meio de incentivos fiscais. Visando aos benefícios fiscais concedidos à Zona Franca, diversas organizações encerram as atividades em regiões que não dispõem desses incentivos, migram e iniciam as atividades em Manaus, utilizando

os benefícios para a obtenção da redução de custos, principalmente, tributários.

GESTÃO CONTÍNUA

O planejamento fixo não é suficiente. A constante atualização se faz necessária para que não se percam oportunidades decorrentes de súbitas mudanças na legislação, que permitam à empresa um benefício fiscal.

Para melhor adequar a Gestão Fiscal, deve-se obter perícia, por meio de profissionais que disponham de bons conhecimentos referentes à jurisprudência e tendências do judiciário para as causas fiscais.

A participação simultânea do Contador e dos responsáveis pela escrita fiscal, utilizando a experiência da prática das rotinas, traz um mecanismo versátil para análise da situação fiscal.

DOS LANÇAMENTOS FISCAIS E CONTÁBEIS

Todos os lançamentos necessitam de comprovantes hábeis. A produção de provas é estabelecida pelos documentos que oferecem o suporte, pois o próprio documento é o comprovante de lançamento.

É com os livros fiscais e contábeis, exigidos pela legislação, que o Fisco realiza a Auditoria das transações, conferindo os registros efetuados e se o fato gerador está correto ou não foi omitido; assim, retifica-os ou ratifica-os conforme constatações.

DA FISCALIZAÇÃO - HOMOLOGAR O ATO DO LANÇAMENTO

Vale ressaltar que o atendimento à fiscalização deve ser centralizado em um determinado profissional que tenha as seguintes características:

- conheça a empresa;
- conheça as contingências tributárias da empresa;
- conheça o processo administrativo;
- tenha formação em Contabilidade, Direito, Administração ou Economia e
- aja de forma equilibrada e amigável, prontificando-se a dar esclarecimentos, ser prestativo e ajudar no desenvolvimento de fiscalização, disponibilizando apenas os documentos e informações necessários.

Todas as exigências são imprescindíveis, sabendo-se que o agente fiscal é um profissional especialista. Deve dominar o conteúdo dos testes para ingresso na carreira, além de freqüentar escola de treinamento e atualização.

“A constante atualização se faz necessária para que não se percam oportunidades decorrentes de súbitas mudanças na legislação.”

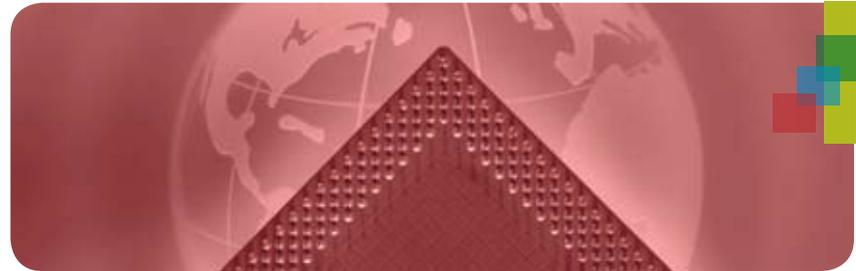
INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS FISCAIS

Baseia-se em novos produtos ou processos, bem como na agregação de novas funcionalidades ou características que impliquem em melhorias que incrementem e sejam efetivas referentes à qualidade e à produtividade de sistemas.

Citam-se abaixo alguns exemplos de sistemas do Fisco aos quais o contribuinte deve estar atento para atendê-los.

SINTEGRA (SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM MERCADORIAS E SERVIÇOS)

Consiste num conjunto de procedimentos administrativos e de sistemas computacionais de apoio, que é adotado de forma simultânea pelas administrações



tributárias das diversas unidades da Federação. Para o contribuinte, simplifica o fornecimento de informações relativas às operações prestadas e para o Fisco proporciona maior agilidade e confiabilidade no tratamento das informações recebidas dos contribuintes e em relação à troca de dados entre os estados.

FINALIDADES DO SINTEGRA

a) consolidar o uso de sistemas informatizados para aprimoramento dos

controles do Fisco referentes às operações com mercadorias e serviços realizados pelos contribuintes;

b) proporcionar o controle da totalidade das operações realizadas pelos contribuintes;

c) cruzar informações entre os arquivos, verificando anomalias;

d) reduzir e simplificar as obrigações tributárias acessórias dos contribuintes na prestação de informações referentes às operações com mercadorias e serviços sujeitos à tributação do ICMS (Impos-

A Domínio Sistemas está presente em todas as regiões do Brasil, através de suas 35 unidades de negócios. Assim, consegue estar sempre presente no dia-a-dia dos seus mais de 4.000 clientes.



A Domínio Sistemas é uma empresa catarinense, presente em 19 Estados brasileiros. É especializada no desenvolvimento de soluções 100% direcionadas ao setor contábil, como o Domínio Contábil Plus, software com 11 módulos totalmente integrados, desenvolvido desde 1998 em plataforma Windows, que garante total segurança aos dados de mais de 4.000 empresas de contabilidade de todo o país.

domínio
SISTEMAS

A sua melhor escolha

Informações Comerciais: 0800 645 4004
www.dominiosistemas.com.br

to sobre Circulação de Mercadorias e Serviços);

e) permitir o intercâmbio das informações entre os fiscos estaduais, a Secretaria da Receita Federal e a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

NF-E (NOTA FISCAL ELETRÔNICA)

É o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o objetivo de documentar operações e prestações de serviços.

Esse documento fiscal eletrônico foi implantado com o objetivo de substituir a sistemática atual de emissão do documento fiscal em papel. Ele simplifica as obrigações acessórias dos contribuintes e permite, ao mesmo tempo, o acompanhamento em tempo real das operações pelo Fisco.

Deve ser emitida com base no *layout* estabelecido em Ato Cotepe/ICMS nº 72/2005, por meio do *software* desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte ou disponibilizado pela Administração Tributária. Aconselha-se análise do Ajuste Sinief 07/2005 e Decreto.

MANAD (MANUAL NORMATIVO DE ARQUIVOS DIGITAIS)

Está estabelecido para as empresas que utilizam sistema de processamento eletrônico de dados para registro de negócios e atividades econômicas,

escrituração de livros ou produção de documentos de natureza contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária, quando intimada por Auditor Fiscal da Previdência Social. Deverá ser apresentada documentação técnica completa e atualizada de seus sistemas, bem como os arquivos digitais contendo informações relativas aos seus negócios e atividades econômicas, conforme orientação da Portaria MPS (Ministério da Previdência Social)/SRP (Secretaria da Receita Previdenciária): nº 58, de 28 de janeiro de 2005.

SINCO (SISTEMA INTEGRADO DE COLETA)

É estabelecido para os arquivos contábeis digitais que são utilizados pelas pessoas jurídicas, para que permaneçam à disposição da Secretaria da Receita Federal sempre que solicitados via intimação. Aconselha-se a análise da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, Art.11, Medidas Provisórias, Instrução Normativa e Ato Declaratório Executivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento realizado de maneira preventiva para os tributos constitui uma das mais importantes práticas de gestão empresarial, visando à obtenção de maior competitividade e retorno do capital investido. De acordo com a realidade do processo de adequação de

sistemas na administração tributária, haverá a continuação de exigências permanentes para adaptações às mudanças e alterações.

CONCLUSÃO

O profissional do setor deve ser dinâmico, detalhista e pesquisador, pois a área, além de extensa, está em constante mudança, dando a sensação de desafio a quem trabalha nela.

A importância da eficiência do setor fiscal é percebida quando se avalia o equilíbrio de uma empresa nas informações contábeis, administrativas, financeiras, de recepção e expedição, entre outras, todas fundamentais para a empresa que busca o desenvolvimento, o progresso e, principalmente, o sucesso.

Apesar das variações que ocorrem na legislação, deve-se sempre estar familiarizado com novos detalhes inerentes à legislação tributária, pois, em qualquer momento, podem ser divulgados benefícios que serão primordiais para a organização.

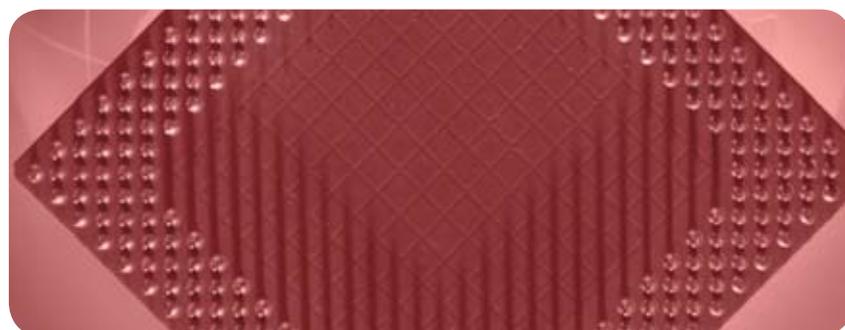
O planejamento preventivo da gestão fiscal é um processo indispensável a qualquer negócio, tanto na condição de cliente quanto na de empregador.

A gestão tributária deve ser vista como um processo dinâmico de adequação. O mais importante, entretanto, é saber que o caminho deve ser trilhado com responsabilidade técnica acima de tudo, dado o grau de autonomia que o governo possui em relação ao sistema tributário.

BIBLIOGRAFIA

FABRETTI, Láudio Camargo. *Contabilidade Tributária*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

IOB. Boletim, Manual de Procedimen-



tos ICMS, IPI e outros fascículos. São Paulo: Thomson, nº 27, 2006.

IOB. Boletim, Manual de Procedimentos ICMS IPI e outros fascículos. São Paulo: Thomson, nº 9, 2006.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. *Gestão fiscal responsável*. Brasília: Jm, 2001

OLIVEIRA, Luís Martins de; CHIEREGATO, Renato; JUNIOR, José Hernandez Perez; GOMES, Marliete Bezerra. *Manual de Contabilidade Tributária*. São Paulo: Atlas, 2004.

SILLOS, Lívio Augusto. *Planejamento tributário*. São Paulo: Leud, 2005.

SILVA, Joana Lins. *Fundamentos da Norma Tributária*. São Paulo: Max

Limomad, 2001.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. *Planejamento tributário: fusão, cisão e incorporação*. Curitiba: Juruá, 2006. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 5 jun. 2007.

MANAD. Disponível em: <<http://www.dataprev.gov.br>>. Acesso em: 5 jun. 2007.

GLOBALIZAÇÃO. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com>>. Acesso em: 5 mar. 2007.

TRIBUTÁRIA. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br>>. Acesso em: 26 fev. 2007.

SINTEGRA. Disponível em: <<http://www.sintegra.gov.br>>. Acesso em: 3 abr. 2007.

ICMS. Disponível em: <http://info.fazenda.sp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=sefaz_tributaria:vtribut>. Acesso em: 12 jun. 2007.

MARIA DE LOURDES ARAÚJO DE SOUSA TOLEDO

Assistente contábil

Graduanda de Ciências Contábeis.

JONAS COMIN DE CAMPOS

Bacharel em Ciências Contábeis.

Professor de Graduação

em Ciências Contábeis e

Administração de Empresas.

2007 todos têm algo a dizer...

(0XX14) **2105 9000**
WWW.CUCAFRESCA.COM.BR

Com o super simples, o
Cuca Fresca nos
surpreendeu mais uma
vez!

Cuca Fresca

Fornecedora de Sistemas
DP - Escrita Fiscal/Contabilidade

Os colaboradores trabalham
com maior segurança, sabendo
que o sistema tem a base legal
necessária para o andamento
dos trabalhos!

Em **2008** nossa meta é você!



Maria Dileta
Escritório São Judas - Pirassununga



Flávio Adani
Escritório Adani - Pirassununga



DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO DINÂMICA FINANCEIRA E SEUS EFEITOS SOBRE O FLUXO DE CAIXA

Habitualmente, tratamos os aspectos voltados às “Contas Retificadoras do Ativo” como um mero procedimento contábil, embasado em regras e delimitações impostas pela Legislação Fiscal do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), com vistas a demonstrar a real situação patrimonial de uma empresa. Vale lembrar que o RIR não tira a liberdade administrativa da empresa, mas visa a preservar limites fiscais na apropriação de despesas decorrentes deste tipo de conta, entre outras.

A depreciação de um bem ocorre em função da estimativa de vida útil de determinado bem material – móvel ou imóvel, levando-se em conta o período diário em que este bem é utilizado (8, 16 ou 24 horas sucessivas), que acelerará o processo de desgaste pelo uso. A Depreciação será efetivamente contabilizada, observando-se o princípio contábil da “Competência dos Exercícios”, concomitantemente em conta de Despesa de Depreciação, que afetará diretamente o Resultado do Exercício, e em conta de Depreciação Acumulada no Balanço Patrimonial, representando como Conta Credora dentro do Ativo, no subgrupo

do Imobilizado, a fração representativa da perda de valor já incorrida até aquela data. Esse registro é de suma importância e seu controle contábil deverá paralelamente ser acompanhado de forma detalhada, através de controles extracontábeis, com o fim de possibilitar a localização física de tais bens, verificando-se inclusive a obsolescência. Através desses controles, é possível evitar perdas na alienação de bens, preservando-se assim a Aplicação dos Recursos no Ativo Imobilizado. O início do cálculo da parcela de Depreciação que deverá ser contabilizada terá por base a data em que o bem foi posto em uso e a partir daí as frações serão proporcionais a 1/12 dentro do Exercício Social da empresa.

Os Ativos Intangíveis, que constituem a propriedade imaterial de uma empresa, podem ser elencados como Recursos Humanos, *Software*, Clientes, Patentes, Marcas, Direitos Autorais, Benfeitorias em Imóveis de Terceiros, Tecnologia e *Know-How*. Tais Aplicações de Recursos também estão sujeitas à perda de valor devido à ação do tempo ou uso. Embora sendo

“O início do cálculo da parcela de Depreciação que deverá ser contabilizada terá por base a data em que o bem foi posto em uso.”

intangíveis, tais bens também servirão para que a empresa os ofereça em garantias fiduciárias. Poderá haver, através deles, novos aportes de capitais por

uma distribuição acionária. No caso de dissolução de uma sociedade, são parte integrante do capital social a ser repartido e entrarão no cálculo para se determinar o valor a ser pago para que um novo sócio ingresse na sociedade ou mesmo quanto será pago ao sócio dissidente, o valor estimado de venda de uma empresa ou até o respaldo à abertura da empresa para franquias.

Assim como no caso dos bens materiais, todos os custos para aquisição do bem imaterial serão acumulados em conta específica e passarão a ser amortizados no momento em que iniciarem a formação de Resultado Econômico, como é o caso dos gastos com pesquisas na indústria farmacêutica, cuja amortização começará com o lançamento do produto no mercado, e o cálculo da parcela a amortizar levará em conta o período em que durará a patente do medicamento lançado.

Os bens patrimoniais representados por recursos naturais não renováveis estarão sujeitos à exaustão. Temos o exemplo clássico de compra de uma determinada mina, onde todos os seus custos aguardarão em conta específica o momento em que tais recursos minerais começarem a ser exauridos. Empresas mineradoras calculam a possança de uma mina (estimativa da capacidade produtiva em toneladas de minério) *versus* período de tempo em que ela deverá ser totalmente exaurida, considerando-se a capacidade tecnológica e mecânica disponível à empresa. De posse destas informações, o Contador já pode trabalhar com tranquilidade os valores que figuram no Balanço Patrimonial.

Como vimos, a utilização dos bens de uma empresa é um processo contínuo e primordial para o sucesso do negócio. Devemos observar com cuidado que, se a Contabilidade não efetuasse a Apropriação das Despesas com Depreciação, Amortização e Exaustão, os valores líquidos destes bens estariam sujeitos ao pagamento de imposto de renda e

outros tributos e, finalmente, seriam distribuídos aos sócios e acionistas como parcela do lucro, o que seria desastroso para a empresa, implicando, assim, a obrigação constante de novos aportes de capitais toda vez que houvesse necessidade de renovar o parque industrial ou os bens do Ativo Permanente.

Superado este obstáculo, observa-se que há um período de “quarentena”, que tem início no momento em que determinado bem é depreciado, amortizado ou exaurido, isto porque “teoricamente” o bem somente será substituído ao final do processo quando o valor total da Conta Redutora do Ativo – Depreciação, Amortização ou Exaustão Acumulada, for igual ao valor total do bem. Neste período de “quarentena”, os valores “salvos” pela apropriação das contas de despesas, circularão por outras contas mais “voláteis” do Ativo, ou estarão aplicadas no processo empresarial dentro do Ativo Circulante como Estoques, Financiamentos a Clientes, Adiantamentos, ou



“Os bens patrimoniais representados por recursos naturais não renováveis, estarão sujeitos à exaustão.”



poderão figurar em Contas de Menor Liquidez do Realizável a Longo Prazo como Aplicações Financeiras e Títulos a Receber. Os gestores quando recebem as Demonstrações Financeiras para análise, ao desenhar o FCO (Fluxo de Caixa Operacional), tratam os valores pertinentes às Despesas com Depreciação, Amortização e Exaustão (que passarei a chamar de *Keepers*¹ a partir deste momento), como efetivo Capital de Giro à disposição e que será amplamente utilizado pela empresa. Tais valores passarão a ser mais ou menos significativos em função do tipo de atividade empresarial e da composição de seus Ativos Permanentes.

A questão que se levanta é se resultados financeiros obtidos através dos capitais oriundos da contabilização dos *Keepers* devem ou não ser preservados como patrimônio da empresa, com vistas a proporcionar uma efetiva melhora e incremento na substituição dos ativos ora depreciados, amortizados ou exauridos.

Estabelecendo-se o impacto financeiro dos *Keepers* no Resultado Econômico de forma global, seja na aplicação destes recursos em Estoques, Financiamentos a Clientes ou Aplicações Financeiras, poderão ser estabelecidas as premissas básicas para a criação de reserva auto-aplicável para aumento de capital, cujas regras para a incorporação estarão embasadas na efetiva reaplicação dos recursos oriundos dos *Keepers* ao Ativo Permanente.

O que poderíamos vislumbrar a partir desta perspectiva, é a renovação dos Ativos Permanentes com as tão necessárias incorporações de melhorias tecnológicas e sua inevitável majoração de preços, sem despendar esforços financeiros adicionais pela empresa, que poderia abranger, entre outros, reduções nos benefícios sociais oferecidos aos seus funcionários, limitações no orçamento para pesquisas de novos produtos, campanhas de marketing, treinamento de pessoal técnico etc.

Vemos freqüentemente no mercado inúmeras indústrias sucateadas por



não observarem princípios básicos de administração financeira e contábil em seus negócios, e outras que lutam heroicamente para sobreviver. Quem sabe já tenha chegado a hora das

empresas buscarem novas maneiras de se perenizarem no mundo dos negócios, a exemplo das empresas japonesas, cujo planejamento, em muitos casos, objetivam mais que algumas poucas décadas e não se limitam à vida natural de seus fundadores ou filhos.

JOSÉ WILLIAMS MACHADO DE SOUZA

Graduado em Ciências Contábeis e MBA em Comunicação e Marketing pela ECA/USP. Professor universitário nas disciplinas de Contabilidade e Comunicação.

¹Keepers: termo adotado pelo autor em alusão à função do cálculo das Despesas com Depreciação, Exaustão e Amortização, que agem como “zeladores” ou “guardiões” dos recursos aplicados no Ativo, para que continuem transitando dentro do patrimônio da empresa até nova reaplicação.



“Vemos no mercado indústrias sucateadas por não observarem princípios básicos de administração contábil.”





26

ANOS DE QUALIDADE

Nota Fiscal Paulista (ICMS)

A DPcomp já tem !!!



Escrita Fiscal

R\$ **69**,⁰⁰ / por mês



Folha de Pagamento



Contabilidade



Escrita Fiscal



Faturamento



Financeiro



Estoque



Suprimentos



Call Center

www.dpcomp.com.br

TELEVENDAS
0800 015 55 61

ENGAJAMENTO OU PAIXÃO?

Segundo o dicionário Aurélio, o verbo “engajar” tem origem na palavra francesa *engager* e significa: 1. aliciar para o serviço pessoal ou para a emigração; 2. filiar-se a uma linha ideológica, filosófica ou outra; 3. bater-se por ela; pôr-se a serviço de uma idéia, de uma causa, de uma coisa; 4. empenhar-se em dada atividade ou empreendimento. Hoje é comum ser utilizada a palavra engajamento dentro das organizações, e, olhando para o verbete do Aurélio, podemos pensar com qual motivação as empresas esperam que seus profissionais estejam engajados.

Ouvindo diversos executivos com destaque no mercado, é possível afirmar que todas as descrições respondem à expectativa. Afinal de contas, as empresas querem cada vez mais seus trabalhadores seduzidos pelo negócio, empenhados nas atividades, comprometidos com os valores e os princípios da organização.

Foi divulgada no segundo semestre de 2006 uma pesquisa do Gallup sobre o engajamento da força de trabalho brasileira. Realizada pelo segundo ano consecutivo, em onze regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Brasília, Fortaleza,

Manaus e Vitória), contou com a participação de 1.012 profissionais, maiores de 18 anos, e revelou que apenas 21% dos entrevistados estão engajados no seu trabalho. O conceito de engajamento trabalhado pelo Gallup é mais amplo que a simples satisfação pelo trabalho – está ligado à paixão, ao sentimento e conexão que o empregado tem para com a empresa.

A pesquisa apresenta alguns dados importantes a serem observados. Por exemplo, a região sul concentra os profissionais com maior índice de engajamento (26% contra 21% da média nacional), bem como o menor índice de trabalhadores ativamente desengajados (13% contra 18% da média nacional). Outro ponto a ser destacado é em relação ao perfil dos trabalhadores: quanto mais jovem o profissional, menor o seu engajamento. Na faixa etária de 18 a 29 anos, 17% dos trabalhadores são engajados, enquanto que, naqueles entre 30 a 49 anos, o índice é de 21%. Na faixa dos profissionais com mais de 50 anos o índice de engajamento passa para 28%.

Algumas reflexões surgem a respeito desses dados abrindo certos questionamentos. O que é essencial para o engajamento? O que desper-



“As empresas querem cada vez mais seus trabalhadores seduzidos pelo negócio, empenhados nas atividades, comprometidos com os valores da organização.”



ta e mantém a paixão do empregado pela empresa – bons salários, acesso às informações, treinamentos, cursos? Ter um líder engajado com a empresa e em desenvolver sua equipe colabora para o engajamento do funcionário?

Tudo isto é importante para o engajamento, mas se estas ações forem aplicadas de forma segmentada, não são suficientes para que os valores, a missão, a visão e o DNA da empresa sejam absorvidos pelos empregados. É preciso lembrar que o ser humano é, por si só, um ser instável, com ca-



rências, desejos, crenças, expectativas e emoções. Isso interfere em todos os âmbitos de sua vida, seja pessoal, profissional ou social, o tempo todo. Não existe uma pessoa que pense, aja e sinta exatamente igual todos os dias.

O que podemos afirmar é que, de fato, todas as pessoas buscam o reconhecimento, desejam e esperam ser alguém significativo. E esse reconhecimento passa por todos os aspectos que dão valor às pessoas, seja recompensa financeira, oportunidade de crescimento, reconhecimento dos superiores ou bom relacionamento com os colegas de trabalho.

Segundo Carter e Underwood, em seu livro *O Princípio da Significância*, “a força motriz básica do comportamento humano é o desejo de ser aceito, compreendido, apreciado e reconhecido”. Logo, se a empresa oferece bons salários, benefícios, bom ambiente, mas o líder não é um incentivador, ou seja, não reconhece e valoriza seus funcionários, alguma coisa fica comprometida.

Assim como, se o líder for um bom ouvinte, agregador e focado no desenvolvimento, mas a empresa peca nos quesitos salários e benefícios, será difícil reter os colaboradores. O bom clima organizacional também é um



fator essencial para o engajamento do empregado. É importante que a empresa esteja preocupada em cercar-se de todos os lados possíveis a fim de promover o engajamento.

Deve-se ressaltar que, atualmente, as companhias exigem cada vez mais de seus funcionários, e isso pode gerar uma insatisfação, por sentir que nunca faz o suficiente pela empresa. Por outro lado, estes estão cada vez mais capacitados, bem informados, atualizados e também exigentes. A saída para as empresas conquistarem o comprometimento dos colaboradores tem sido uma adequação aos contratos de trabalho, ou seja, dar mais autonomia, flexibilidade, tratá-los com mais respeito e cuidado. Fazer com que se sintam únicos e essenciais à

empresa. Isto também pode gerar o engajamento tão desejado.

É o que Ulrich, Zenger e Smallwood chamam em seu livro *Liderança Orientada para o Resultado* de “customização de massa do contrato com o empregado”. Também neste livro, os autores salientam que “o capital humano é um dos poucos ativos capazes de aumentar de valor. A maioria dos ativos (prédios, fábricas, equipamentos ou máquinas, por exemplo), começa a depreciar no momento da aquisição. Ao contrário, o valor do capital humano, recurso impregnado nas mentes e corações das pessoas, pode e deve crescer, como condição essencial para a prosperidade da empresa”.

Portanto, instigar o engajamento ou a paixão dos empregados é um investimento, que pode ter um custo à empresa, mas é sempre recompensador. Em outra pesquisa publicada pelo Gallup em 2002, nos Estados Unidos, foi demonstrado que empregados engajados são mais produtivos. A pesquisa também comprova que eles são mais lucrativos, mais focados nos clientes, mais seguros e mais resistentes às propostas de sair da empresa. O que mais as empresas podem querer?

MÔNICA DE
CARVALHO PEREIRA
Psicóloga.

ANTONIO NEVES DA SILVA: UMA VIDA DEDICADA À CONTABILIDADE



Presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balaminit, e Antonio Neves da Silva durante a 20ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo.

O dia 7 de novembro de 2007 foi de luto para o CRC SP e para a Contabilidade. Nesta data, o conselheiro do CRC SP Antonio Neves da Silva faleceu quando voltava da cidade de São Pedro para Piracicaba, acompanhado de três amigos. O motorista perdeu o controle do veículo, que invadiu outra pista e foi atingido por um ônibus.

Nascido em Franca, em 25 de março de 1943, o Contador Antonio Neves da Silva era um profissional dedicado ao fortalecimento da classe contábil. Segundo seu filho Fernando Neves da Silva, “foram 30 anos de uma relação de pura honestidade, devoção e respeito por esta profissão.”

Ele filiou-se ao Sindicato dos Contabilistas de Piracicaba em 1979, assumindo a presidência desta entidade de 1996 a 1999, além de atuar como membro do Conselho Consultivo. Em 2004, recebeu o título de Contabilista do Ano de Piracicaba.

Foi eleito conselheiro efetivo do CRC SP em dois mandatos: de 2002 a 2005 e de 2006 a 2009. Foi vice-coordenador da III Câmara de Fiscalização, da III Câmara do TRED SP e das Câmaras de Recursos e de Recursos de Ética e Disciplina; integrou a Câmara de Controle Interno e a Comissão de Assessoramento à Fiscalização. Coordenou as Comissões de Controle de Doações

de Bens Patrimoniais e de Controle de Subsedes e Delegacias. Foi membro das Comissões de Publicações, de Concessão de Diplomas e Medalhas e do “Programa Contabilizando o Sucesso”.

Antonio Neves ministrou aulas de Contabilidade e de Direito, era empresário da Contabilidade e exercia a advocacia.

Filho de Arthur Neves da Silva, já falecido, e de Benedita Ana da Anunciação, deixou a esposa Robervanda Neves da Silva e os filhos: Arthur Neves da Silva Neto, Fernando Neves da Silva, Cláudia Maria Neves Ducatti e Priscila Neves Maestro. Deixou também seis netos.

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CRC SP FAZ CAMPANHA PARA DIMINUIR INADIMPLÊNCIA E REALIZA REESTRUTURAÇÕES PARA MELHOR ATENDER AO CONTABILISTA

A gestão 2006-2007 da vice-presidência de Administração e Finanças do CRC SP esteve empenhada em realizar melhorias no Conselho para



beneficiar os Contabilistas. Ao longo desses dois anos, foi realizada uma ampla campanha de arrecadação de recursos, visando a diminuir o percentual de inadimplência.

Em dezembro de 2006, a inadimplência atingia um patamar de 13,28%. Em novembro de 2007, graças à dedicação e ao esforço de uma força-tarefa de colaboradores e delegados do CRC SP, esse índice caiu para 10,89%.

Outra melhoria realizada foi a informatização do Plenário do CRC SP. Em maio, as pilhas de papel utilizadas nas reuniões foram substituídas por monitores. O vice-presidente de Administração e Finanças, Sergio Prado de Mello, explica que uma das razões para a implementação dessa mudança foi agilizar e facilitar o acesso aos documentos usados durante as reuniões Plenárias. Outro motivo que levou à tomada dessa decisão foi a economia de papel, que beneficia o meio ambiente.

Em 14 de dezembro de 2006, no mesmo dia em que o CRC SP completou 60 anos de instalação, concretizou-se a compra do prédio ao lado da sede. Onze meses depois, em 14 de novembro de 2007, foi lavrada a escritura do imóvel, pelo 21º Tabelião de Notas. Esta aquisição propiciará a ampliação da estrutura física do Conselho. O prédio, que pertencia à empresa Brink's, possui cerca de 7 mil metros quadrados

“Para melhorar a dinâmica de funcionamento do Conselho, o organograma da entidade foi reformulado.”

de área construída e abrigará os departamentos responsáveis pelo atendimento ao público e também um estacionamento mais amplo, que garantirá mais comodidade aos visitantes. Com o crescimento constante do número de Contabilistas e de empresas contábeis registrados, o aumento da estrutura física do CRC SP tornou-se imprescindível para garantir a manutenção da eficiência e da qualidade dos serviços prestados.

Para melhorar a dinâmica de funcionamento do Conselho, o organograma da entidade foi reformulado. A mudança resultou em três diretorias: Executiva, Administrativa e Operacional.

O diretor executivo, Edeson Fi-



Informatização do Plenário: agilidade nos trabalhos e economia de papel.

gueiredo Castanho, é responsável pelo assessoramento à presidência e às gerências Jurídica, de Auditoria Interna, de Tecnologia da Informação e de Eventos.

O diretor administrativo, Luiz Isao Miyata, atende a vice-presidência de Administração e Finanças e os departamentos de Secretaria, Recursos Humanos, Contabilidade e Patrimônio, Financeiro, Compras e Licitações, Manutenção, Segurança e Limpeza e Comunicação.

Aos cuidados do diretor operacional, Claudio Rafael Bifi, ficaram as vice-presidências de Fiscalização, Desenvolvimento Profissional e Registro e os departamentos de Fiscalização, Desenvolvimento Profissional,

Registro e Atendimento.

Com essa reestruturação, o CRC SP buscou mais dinamismo para facilitar a implantação e execução de novos projetos.

O vice-presidente de Administração e Finanças, Sergio Prado de Mello, explica que a meta do CRC SP é prestar um atendimento de qualidade aos Contabilistas registrados. “A diminuição da inadimplência garantirá ao Conselho mais recursos para investir em tecnologia e mudanças, tanto na estrutura física, quanto na organizacional. O objetivo é sempre agilizar os procedimentos e facilitar o dia-a-dia dos profissionais da Contabilidade, garantindo-lhes o desenvolvimento profissional.”

“Com essa reestruturação, o CRC SP buscou mais dinamismo para facilitar a implantação e execução de novos projetos.”

DEDICAÇÃO E MUITO TRABALHO MARCAM A GESTÃO 2006-2007



Para assegurar a prestação de serviços por Contabilistas habilitados, o CRC SP assinou convênio com a Prefeitura de Osasco.



Chiomento em Matão

Colaborando com o CRC SP há 14 anos, o Contador Domingos Orestes Chiomento assumiu a vice-presidência de Fiscalização em 2006. Neste cargo, aplicou sua experiência na área, contribuindo com o desenvolvimento do departamento de Fiscalização do Conselho.

Ao longo desses dois anos, foram firmados convênios de cooperação com as prefeituras

municipais de Santos, São Vicente, Sorocaba, Matão, Osasco, Indaiatuba e São Caetano do Sul. O objetivo desses acordos é garantir que os serviços próprios dos Contabilistas sejam prestados somente por pessoas devidamente habilitadas e registradas.

Foram realizadas reuniões com prefeitos e secretários de Finanças de outras cidades do Estado de São Paulo para apresentação desse

FISCALIZAÇÃO



Santos



São Caetano



O presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balaminit, abre Simpósio de Fiscalização, com a participação do CFC e CRCs de todo o Brasil

convênio. Ocorreram também encontros com dirigentes da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Receita Federal e Jucesp com o intuito de discutir possíveis parcerias com o CRC SP.

Em julho de 2006, foi realizado o I Simpósio de Fiscalização, que reuniu o coordenador de Fiscalização do CFC e chefes dos departamentos de Fiscalização dos diversos CRCs do Brasil.

Atuam, hoje, no departamento de Fiscalização do CRC SP, 48 fiscais, sendo 32 Contadores e 16 Técnicos em Contabilidade. O departamento conta com 7 coordenadores fiscais, uma supervisora administrativa, dois analistas administrativos e 14 auxiliares administrativos. A atuação integrada da equipe permitiu a execução de 264.676 diligências no Estado de São Paulo, no período de janeiro de 2006 a outubro de 2007.

Sob a coordenação do vice-presidente de Fiscalização, os fiscais atuam orientando os Contabilistas sobre a importância dos Contratos de Prestação de Serviços e a obrigatoriedade da Escrituração Contábil.

Do início de 2006 a outubro de 2007, foram lavrados 1.370 autos de infração. Durante as 132 reuniões das Câmaras de Fiscalização e Ética e Disciplina ocorridas nesse período, foram julgados 974 processos, que tiveram os seguintes resultados:

FISCALIZAÇÃO: BALANÇO 2006-2007

	2006	2007
Multa	76	80
Multa e advertência reservada	225	240
Multa e censura reservada	26	22
Multa e censura pública	11	18
Multa, advertência reservada e arquivamento	2	1
Multa, suspensão e advertência reservada	0	2
Multa, suspensão e censura reservada	4	3
Multa, suspensão e censura pública	2	1
Suspensão	2	0
Suspensão e advertência reservada	6	3
Suspensão e censura reservada	24	31
Suspensão e censura pública	16	8
Advertência reservada	14	29
Censura reservada	9	6
Censura pública	6	1
Arquivamento	43	72
Arquivamento e advertência	0	1
Arquivamento e censura reservada	0	0
Arquivamento e censura pública	0	0

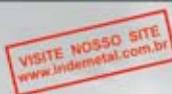
**Etiquetas com Código de Barras
ou Numeradas
para Patrimônio ou Logística.**



**NOS MATERIAIS:
Alumínio, Aço Inox, Poliéster e Trans-Therm.**



INDEMETAL® Etiquetas
R. Eloy Ricci, 272 - Vila Bandeirantes - Itu-SP - Cep 13.313-201
Fone: 11 - 4013.9600 e-mail: etiquetas@indemetal.com.br



ATIVIDADES REALIZADAS AUMENTAM O VALOR DOS CONTABILISTAS



CRC SP assina parceria para a campanha "Dê mais que esmola, dê futuro": o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional, Claudio Avelino Mac-Knight Filippi; os secretários Floriano Pesaro (Assistência e Desenvolvimento Social) e Ricardo Montoro (Participação e Parcerias); o coordenador do CRC Social, Marcelo Roberto Monello, e o presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balamínut.

Ao longo de 2006 e 2007, a **Câmara** e as **Comissões** coordenadas pela vice-presidência de **Desenvolvimento Profissional** realizaram diversas atividades.

Sob a coordenação do conselheiro José Joaquim Boarín, a **Câmara de Desenvolvimento Profissional** coordenou o PEC (Programa de Educação Profissional Continuada) realizando, em todo o Estado de São Paulo, diversos cursos, palestras, seminários e visitas de alunos à sede do CRC SP. Para essas atividades, o Conselho contou com o apoio do Sescon-SP, Fecontesp, Sindicatos dos Contabilistas e Ibracon 5ª Seção, entre outras entidades. Em

2007, foram aproximadamente 450 eventos e 38 mil participações, inclusive para alunos, com quase 20.000 inscrições.

A **Comissão do Ciclo de Debates** é coordenada pelo conselheiro Júlio Linuesa Perez. Os membros dessa Comissão são responsáveis pela elaboração das Resenhas de Matérias Técnicas, que contêm os principais atos legais e artigos da área contábil, e pela seleção dos temas das palestras realizadas semanalmente na sede do CRC SP, em São Paulo, e periodicamente em cidades do Interior de São Paulo, em parceria com os Centros de Estudos dos Sindicatos dos Contabilistas. O

número atualizado de Contabilistas cadastrados que recebem a Resenha é de 53.087. Durante esses dois anos, aconteceram quase 200 atividades, com cerca de 18.400 participantes.

A **Comissão de Projetos Sociais**, que está sob coordenação do Contabilista Marcelo Roberto Monello, lançou a campanha "Uma ação que vale um milhão", no dia 10 de outubro de 2007. A cartilha correspondente foi reeditada e traz informações sobre como pessoas físicas e jurídicas podem destinar parte do Imposto de Renda devido para Conselhos e Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Também foi elaborado uma página no Portal

do CRC SP (www.crcsp.org.br) com todas as informações sobre a campanha e um simulador para ajudar a calcular os valores que podem ser destinados.

A **Comissão de Projetos Sociais** também realizou atividades com o objetivo de capacitar entidades do Terceiro Setor. Foram 42 palestras em todo o Estado de São Paulo e, aproximadamente, 2.900 participantes, no total.

Para alcançar os objetivos estabelecidos, a Comissão firmou parcerias com a Prefeitura Municipal de São Paulo para a campanha “Dê mais que esmola, dê futuro”, com a APF (Associação Paulista de Fundações) e com a Receita Federal.

Outro grupo bastante ativo é o **CRC SP Jovem**, coordenado pela conselheira

Marcia Ruiz Alcazar. Entre as ações realizadas em 2006 e 2007 estão o aumento do número de cadastrados no site da Comissão, que passou de 3.866, em janeiro de 2006, para 7.635, em novembro de 2007. Seguindo o lema “soma de esforços para melhores resultados”, o **CRC SP Jovem** recebeu como novos membros, diretores do Sescon-SP.

Houve, além disso, a implantação de subcomissões do **CRC SP Jovem** no Estado de São Paulo, a participação nas Convenções Regionais com a realização da palestra “As oportunidades da profissão contábil”, a participação na Fevest (Feira do Vestibular) em 2006 e 2007, atraindo mais de 1.200 visitantes ao estande. As subcomissões foram

inauguradas em São José do Rio Preto, Piracicaba, região do ABCD, Ribeirão Preto, Campinas, Marília, Sorocaba, Araçatuba, Presidente Prudente, capital, Santos, São José dos Campos e Jundiá.

O **CRC SP Jovem** organizou *workshops* sobre o tema “Sua carreira: a escolha certa” em São Bernardo do Campo e em Sorocaba, e fechou parceria com o Sescon-SP para a re- lização de cursos em universidades, abordando o assunto “Lei Geral com ênfase no capítulo tributário”.

Merece ser mencionado também o projeto “CRC SP Jovem destaca talentos”. Com o objetivo de incentivar a produção acadêmica e dar visibilidade aos alunos de Ciências Contábeis, a



Cursos de Auditores no Conselho: aperfeiçoamento constante.



Uma das etapas do Exame de Qualificação Técnica para Auditores, realizada pelo CRC SP.

comissão irá publicar, no site do CRC SP Jovem, os melhores trabalhos de Contabilidade produzidos por alunos do Estado de São Paulo, sob orientação dos coordenadores dos cursos.

A **Comissão de Educação Profissional Continuada**, que é coordenada pelo conselheiro Marco Antonio de



O prefeito Gilberto Kassab prestigiou o lançamento da campanha e da cartilha "Uma ação que vale um milhão", no CRC SP.

Carvalho Fabbri, realizou 18 reuniões em 2006 e 16, até novembro de 2007. Há 59 capacitadoras credenciadas, das quais 3 são natas, 21 são empresas de Auditoria, 15 são Instituições de Ensino Superior e 20, Instituições de Especialização. Em 2006, o número de cursos aprovados para o Programa de Educação Profissional Continuada foi de 1.398. Em 2007, foram 213 os cursos que receberam essa aprovação.

Sob a coordenação do conselheiro Vinício Martins Presti, a **Comissão Técnica e de Pesquisas Contábeis** realizou três reuniões em 2006 e, em 2007, analisou minutas sobre a NBC T 19.12, que versa sobre eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis; sobre o Pronunciamento Técnico do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 02, a respeito da conversão das demonstrações contábeis e sobre o Pronunciamento Conceitual Básico, que trata da estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Além de fazer as análises, a Comissão também

encaminhou as sugestões para o CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

A **Comissão do Exame de Qualificação Técnica**, que é coordenada pelo conselheiro Walter Iório, foi responsável pela aplicação do Exame de Qualificação Técnica no Estado de São Paulo. Na primeira edição, em 2006, 203 candidatos se inscreveram. No mesmo ano, o número de inscritos para a segunda edição foi de 243. A primeira edição do Exame, em 2007, recebeu 169 inscrições. Para a segunda edição, esse número subiu para 229.

O vice-presidente de Desenvolvimento Profissional, Claudio Avelino Mac-Knight Filippi, destaca que "o CRC SP está sempre empenhado em garantir o aperfeiçoamento profissional de todos os Contabilistas registrados e, para isso, busca a contínua melhoria das atividades oferecidas".

Fica, assim, claramente demonstrado o alto interesse do CRC SP em servir, da melhor forma possível, aos Contabilistas do Estado de São Paulo.

(CONTABILISTA)

**Pelo CRC SP você tem
a melhor alternativa
para sua saúde,
com vantagens que
ninguém mais tem.**

() SulAmérica

() Unimed Paulistana

Graças à parceria do CRC SP com a SulAmérica e a Unimed Paulistana, você pode ter um plano de saúde coletivo por adesão com preços e vantagens que ninguém mais tem. Esses benefícios você só encontra na Qualicorp.

LIGUE E CONFIRA:

11 3016 8837



ANS nº 000043
ANS nº 301337

REGISTRO NO CRC GARANTE VANTAGENS E VALORIZA O PROFISSIONAL

O registro em órgão de classe garante à sociedade a certeza de contar com profissionais legalmente habilitados. Por esse motivo, o CRC SP está promovendo uma campanha de valorização do Contabilista registrado.

Além da divulgação em publicações, o CRC SP elaborou adesivos, banners, folders, broches e anúncios sobre a campanha. O objetivo é a conscientização dos bacharéis em Ciências Contábeis que ainda não possuem o registro em Conselho Regional de Contabilidade sobre a importância de se registrarem.

Os benefícios são muitos. O CRC SP oferece a todos os registrados inúmeras opções de Educação Profissional Continuada. São cursos, palestras, seminários, ciclo de debates e convenções regionais que permitem o Desenvolvimento Profissional dos Contabilistas.

O CRC SP oferece, por meio

de seu Portal, diversos serviços *online* que agilizam os trabalhos dos Contabilistas. Diariamente, os profissionais registrados e cadastrados em *mailing* específico também recebem um boletim eletrônico com uma seleção das principais notícias de Contabilidade publicadas em grandes

jornais do País.

É fundamental ter em mente que somente o Contabilista registrado está habilitado a assinar documentos contábeis, o que enriquece o currículo, garantindo a valorização do profissional e a segurança da sociedade. Esse reconhecimento pode ter reflexos também nos rendimentos do profissional.

Ao registrar-se, o profissional recebe a Carteira de Contabilista, cujo novo modelo traz mais uma vantagem: a possibilidade de utilizar a certificação digital. O documento, confeccionado com diversos itens antifraude, pode ser ativado para permitir a assinatura eletrônica de documentos.

Segundo o vice-presidente de Registro do CRC SP, José Aref Sabbagh Esteves, “os motivos para ser registrado no CRC SP são muitos. Profissionais não-registrados podem procurar a sede ou as subsedes para mudar essa situação e passarem a desfrutar de todas as vantagens oferecidas pela entidade.”



BALANÇO DOS REGISTROS NA GESTÃO 2006-2007

Entre janeiro de 2006 e novembro de 2007, o número de profissionais ativos registrados no CRC SP chegou a 110.126. Já o número de organizações contábeis, nesse mesmo período, contabilizou 17.449.

	Contadores ativos	Técnicos ativos	Total de pessoas físicas	Sociedades	CEI	Total de organizações contábeis
Janeiro 2006	52.089	58.156	110.245	8.073	9.279	17.352
Fevereiro 2006	52.414	58.085	110.499	8.083	9.270	17.353
Março 2006	52.763	58.167	110.930	8.095	9.297	17.392
Abril 2006	52.176	57.894	110.070	8.037	9.307	17.344
Mai 2006	52.801	58.145	110.946	8.051	9.337	17.388
Junho 2006	53.132	58.214	111.346	8.094	9.356	17.450
Julho 2006	52.545	56.017	108.562	7.991	8.879	16.870
Agosto 2006	25.852	56.230	109.082	8.016	8.914	16.930
Setembro 2006	53.102	56.393	109.495	8.033	8.944	16.977
Outubro 2006	53.361	56.571	109.932	8.067	8.991	17.058
Novembro 2006	53.538	56.679	110.217	8.086	9.007	17.093
Dezembro 2006	53.528	56.512	110.040	8.098	9.003	17.101
Janeiro 2007	51.385	55.655	107.040	8.075	8.945	17.020
Fevereiro 2007	51.678	55.693	107.371	8.095	8.951	17.046
Março 2007	52.053	55.660	107.713	8.107	8.982	17.089
Abril 2007	51.423	55.313	106.736	8.058	8.984	17.042
Mai 2007	51.968	55.421	107.389	8.102	9.007	17.109
Junho 2007	52.478	55.619	108.097	8.136	9.022	17.158
Julho 2007	52.859	55.722	108.581	8.195	9.045	17.240
Agosto 2007	53.209	55.855	109.064	8.215	9.054	17.269
Setembro 2007	53.545	56.002	109.547	8.249	9.071	17.320
Outubro 2007	53.857	56.129	109.986	8.313	9.103	17.416
Novembro 2007	54.023	56.103	110.126	8.354	9.095	17.449

SISTEMAS CONTÁBEIS SEM MANUTENÇÃO MENSAL



www.e-contab.com.br

DOWNLOAD GRATUITO PARA TESTES

Contabilidade I Folha de Pagamento I Livros Fiscais I Adm. de Escritório I PPP

São Paulo 11 2626-1962 SP Interior 19 3525-6600

EVENTOS CULTURAIS

CULTURA NO CRC SP: ARTE E MÚSICA



Os presidentes do CRC SP Victor Domingos Galloro (gestão 2000-2001) e Luiz Antonio Balaminit ladeiam o artista Fuzinatto.

Na noite de 4 de outubro de 2007, no Espaço Cultural CRC SP (rua Rosa e Silva, 60) foi inaugurada a exposição “O construtivismo na figura”, do artista Fuzinatto, pseudônimo de Osvaldo Dias Júnior. A abertura teve a participação dos alunos da NAM-Music (Núcleo de Arte Musical), que apresentaram o programa denominado “Eterna Magia”.

Os eventos culturais do CRC SP são mensais e realizados em conjunto com o IPH (Instituto de Recuperação do Patrimônio Histórico no Estado de São Paulo), com a curadoria do crítico de Arte e superintendente do Patrimônio Cultural da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Emanuel von Lauenstein Massarani. A entrada é franca.

Para ele, Fuzinatto, um jovem pintor nascido em Dracena (SP), produz

“obras de estilo conciso e viril, em que se identificam as aspirações e as pesquisas de um artista que se exprime com seriedade”.

Uma das obras de Fuzinatto expostas no Espaço Cultural CRC SP.



A abertura do evento foi feita pelo presidente do CRC SP, gestão 2000-2001, e membro da Comissão de Projetos Culturais do CRC SP, Victor Domingos Galloro.

Estavam presentes o presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balaminit; a conselheira do CRC SP, Ana Maria Costa; o diretor do Sescon-SP, João Edison Deméo, representante do presidente da entidade, José Maria Chapina Alcazar; a diretora social do Sindcont-SP, Carolina Tancredi de Carvalho, e o diretor do Sindcont-SP, Paulo César Pierre Braga.

Os temas musicais nacionais e internacionais, de cunho infantil e juvenil, apresentados pelo Núcleo de Arte Musical, que abrilhantaram a exposição de Artes Plásticas, foram muito apreciados e intensamente aplaudidos pela platéia.

A exposição de Fuzinatto ficou aberta à visitação até o dia 31 de outubro de 2007.

EM NOVEMBRO, "HISTÓRIAS E LENDAS BAHIANAS"

O artista plástico Ladário Teles inaugurou a exposição de suas obras no Espaço Cultural CRC SP no dia 8 de novembro de 2007. As pinturas, no estilo primitivo, retratam a vida e os costumes de sua terra, a Bahia, e no dizer do crítico de arte e superintendente do Patrimônio Cultural da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Emanuel von Lauenstein Massarani, "seus quadros fixam o olhar do espectador e não nos deixam passar sem nos atrair".

A inauguração da mostra teve a participação musical do "Duo Pianístico", composto por Leila Aidar Bugelli e Arlete Tironi Gordilho, que apresentaram obras de Mozart, Brahms, Dvorak, Ganz, Ernesto Nazareth e uma aplaudidíssima interpretação de "O Guarani", de Carlos Gomes.

O evento cultural, realizado pelo CRC SP e IPH (Instituto de Recuperação do Patrimônio Histórico no Estado de São Paulo), contou com a presença dos vice-presidentes do CRC SP Domingos Orestes Chiomento (Fiscalização),



Ladário Teles (no centro) apresenta suas pinturas para os vice-presidentes Claudio Avelino Mac-Knight Filippi (Desenvolvimento Profissional) e Domingos Orestes Chiomento (Fiscalização).

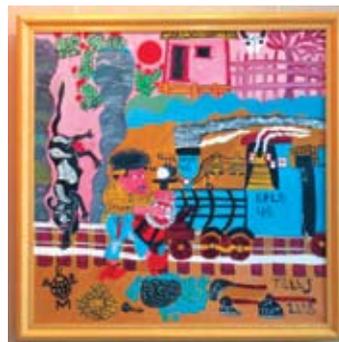
conselheiro Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho, e Claudio Avelino Mac-Knight Filippi (Desenvolvimento Profissional). Estavam presentes também os diretores do Sindcont-SP (Sindicato dos Contabilistas do Estado

de São Paulo), Carolina Tancredi de Carvalho (Diretoria Social) e Paulo César Pierre Braga.

"Lendas e histórias bahianas" ficou exposta no Espaço Cultural CRC SP até 30 de novembro de 2007.



"Duo Pianístico": música embalou mostra de arte (ao lado, quadros de Ladário Teles).



EVENTOS PREPARAM CONTABILISTAS PARA DESAFIOS

Sob o lema “O Contabilista preparado para os desafios da atualidade”, o CRC SP promoveu, em parceria com as Entidades Contábeis Congraçadas, a Convenção Regional de Contabilistas, Empresários e Estudantes de Contabilidade, nas cidades de Lins e de Santos.

Nos dias 4 e 5 de outubro de 2007, o evento em Lins foi realizado no Blue

Tree Park Resort Lins (Rodovia Marçal Rondon, km 443,3).

No dia 4, as componentes da Comissão Projeto Mulher Contabilista falaram sobre suas atividades e, em seguida, foi apresentado o *talk-show* “A essência da liderança da mulher”, com a participação da vice-reitora do Unisalesianos-Lins, Heloísa Helena Roverly da Silva; da Contabilista e presidente, em várias

gestões, do Grupo Linsense de Combate ao Câncer, Marli Solange Godoy Verdeli; da conselheira e coordenadora da Comissão do Projeto Mulher Contabilista do CRC SP e presidente do Sindicato dos Contabilistas de Santos, Daisy Christine Hette Eastwood. O debatedor foi o presidente do Grupo Bertin, Denizar Antunes.

No dia 5, após a abertura oficial do evento, os Convencionais participaram da palestra “SPED/ Escrituração contábil e fiscal eletrônica – segurança da informação”, com o vice-presidente de Registro do CRC SP, gestão 2004-2005, Homero Rutkowski, e com o gerente de TI do CRC SP, Domingos Sávio Mota.

A segunda atividade do dia foi a palestra “A importância da Conta-

bilidade frente à globalização”, tema desenvolvido pela conselheira do CRC SP, Marcia Ruiz Alcazar. Em seguida, os membros da Comissão CRC SP Jovem discutiram sobre suas atividades.

O segundo bloco de palestras trouxe o Contador, advogado e administrador de empresas, Devanir Arantes, autor da palestra “O papel do Contador na construção de um Brasil melhor”.

O encerramento da Convenção Regional de Contabilistas, Empresários e Estudantes da Contabilidade de Lins aconteceu logo após a palestra “Planejamento tributário com foco na profissão contábil”, com o Consultor especializado em Gestão Empresarial, José Vanildo Veras da Silva.

Novembro, Santos – De 28 a 30 de novembro de 2007, aconteceu a Convenção Regional de Contabilistas, Empresários e Estudantes de Contabilidade de Santos, com 220 participantes.

Realizada no auditório da Unisanta (Universidade Santa Cecília), o dia 28 foi dedicado aos Eventos Paralelos, com o Encontro de Professores e a apresentação da Comissão CRC SP Jovem.

O Encontro de Professores teve a apresentação da palestra “Sinaes: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior”, com o coordenador e a conselheira da Câmara de Desenvolvimento Profissional do CRC SP, José Joaquim Boarin e Telma Tibério Gouveia.

Paralelamente, a Comissão CRC SP Jovem era apresentada aos Convencionais pela consultora



contábil e financeira, Beatriz Gullo Parente Conde Caselli, membro da Comissão CRC SP Jovem. Em seguida, houve a palestra “Sua carreira: a escolha certa”, com a conselheira e coordenadora da Comissão CRC SP Jovem, Marcia Ruiz Alcazar.

No dia 29, logo após a abertura oficial do evento, houve a apresentação do *talk-show* “Mulheres na liderança”, quando foram entrevistadas a secretária municipal de Economia e Finanças de Santos, Miriam Cajazeira Vasques Martins Diniz; a delegada da Receita Previdenciária de Santos, Amélia Rivera Salgado Gotardi; a subdelegada do Trabalho em Santos, Rosângela Mendes Ribeiro Silva, e

a reitora da Unisanta, Sílvia Ângela Teixeira Penteado. O debatedor foi o supervisor geral da TV Santa Cecília, Antonio Marques Fidalgo.

No dia 30, terceiro e último dia do evento, as palestras começaram com o tema “SPED/Escrituração contábil e fiscal eletrônica – segurança da informação”, com o vice-presidente de Registro do CRC SP, gestão 2004-2005, Homero Rutkowski, e com o gerente de TI do CRC SP, Domingos Sávio Mota.

O advogado Rodrigo Zacchi, em seguida, falou sobre “Terceirização de mão-de-obra” e o administrador de empresas, Wilney José Fraga, discorreu sobre “Lei de Responsabilidade Fiscal

e orçamento público”.

Na segunda parte do dia, “O Contador como líder influente e motivador” foi o tema da palestra motivacional do Contador, advogado e administrador de empresas, Devanir Arantes.

O presidente do Sescon SP e Aescon SP, José Maria Chapina Alcazar, foi o autor da palestra “Planejamento tributário com foco na profissão contábil”. Para encerrar o evento com chave de ouro, a palestra “Campanha Destinação Criança 2007”, com a delegada da Receita Previdenciária de Santos, Amélia Rivera Salgado Gotardi, e a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Santos, Regina Aparecida Ribeiro Braghetto.

Tecnologia e inteligência para a gestão de seus negócios.

A Asplan acredita que ser eficiente é oferecer soluções capazes de simplificar a vida de seus clientes. Por isso, orgulha-se de desenvolver sistemas e serviços inteligentes para o seu negócio. Por meio de nossas ferramentas, é possível melhorar processos, reduzir custos e otimizar o seu tempo. Assim, você tem mais disponibilidade para se dedicar ao que realmente importa.

www.asplan.com.br | tel: 11 3305.6500

Asplan Corporativo
Serviços • Indústria • Distribuição • Terceiro Setor.

Asplan Contábil
Financeiro • Fiscal • Contábil • Trabalhista
Documentos • Expedição • Aspnet • Folcli.

Você  Seu cliente

Soluções Inteligentes na gestão de informações.

ELEIÇÕES

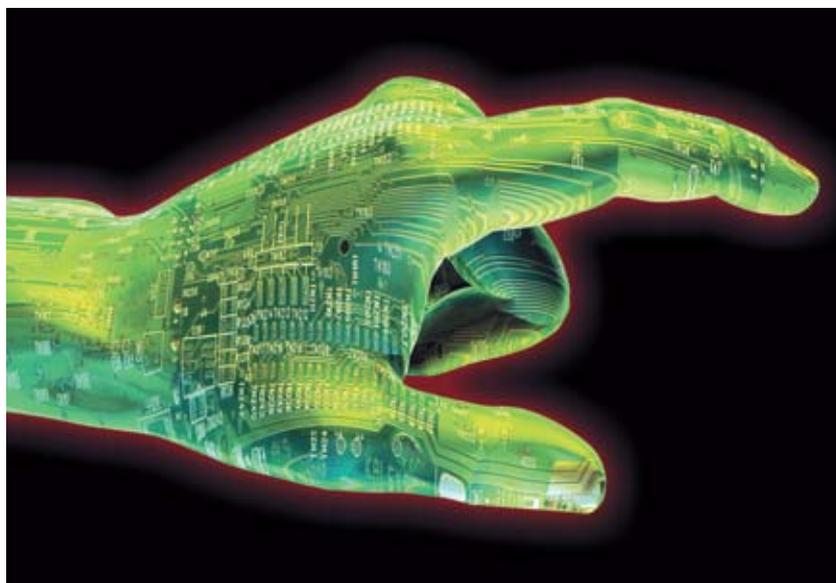
SUCESSO NA ELEIÇÃO DO CRC SP: 81% DOS CONTABILISTAS APTOS PARTICIPARAM

Os resultados da Eleição *Online* CRC SP 2007 mostraram que a opção pela votação eletrônica foi um sucesso: 81% dos eleitores aptos a votar participaram do pleito realizado entre os dias 7 e 22 de novembro de 2007. Foram 16 dias, nos quais os Contabilistas puderam exercer seu direito ao voto, acessando o Portal do CRC SP (www.crcsp.org.br) de qualquer computador com internet.

O CRC SP realizou a votação exclusivamente *online* pela segunda vez, com base na Resolução CFC nº 1.096/07, que permite a eleição via computador quando houver a inscrição de apenas uma chapa, como foi o caso. Em 2005, o CRC SP foi o pioneiro ao realizar a eleição eletrônica.

A eleição deste ano foi para renovar 1/3 do Plenário, composto por 36 conselheiros efetivos e 36 conselheiros suplentes, e para suprir algumas vagas geradas por renúncias.

O presidente do CRC SP, Contador Luiz Antonio Balamnut, parabenizou os Contabilistas, a quem creditou o êxito da eleição, dizendo que, pelo alto índice de votação, “os profissionais deram um exemplo de participação à sociedade, aprovando a facilidade de se votar *online* e aderindo com naturalidade à tecnologia”.



RESULTADO DA ELEIÇÃO:

APTOS
Capital: 38.343
Interior: 52.907
TOTAL: 91.250

CHAPA ÚNICA
Capital: 26.601
Interior: 39.638
TOTAL: 66.239

BRANCOS
Capital: 956
Interior: 1.196
TOTAL: 2.152

NULOS
Capital: 2.681
Interior: 2.946
TOTAL: 5.627

TOTAL DE VOTANTES
Capital: 30.238
Interior: 43.780
TOTAL: 74.018

ABSTENÇÕES
Capital: 8.105
Interior: 9.127
TOTAL: 17.232


 PESQUISA

CRC SP REALIZA PESQUISA DE SATISFAÇÃO

O CRC SP está realizando uma pesquisa de satisfação sobre os serviços prestados. A pesquisa está disponível no Portal do Conselho (www.crcsp.org.br) e poderá ser respondida até o dia 18 de janeiro de 2007. A identificação do profissional não é obrigatória.

As questões são de múltipla escolha e, no final, há um espaço para comentários, críticas ou sugestões. O Contabilista deve opinar sobre as sedes, o teletendimento, os

departamentos de Registro e Fiscalização, o *Boletim CRC SP*, o *CRC Virtual*, o Portal do CRC SP, os eventos realizados (convenções regionais, fóruns da mulher Contabilista etc.) e o Programa de Educação Profissional Continuada.

A participação de todos os Contabilistas é muito importante. Suas respostas são indicadores de qualidade e contribuirão para melhorar ainda mais os serviços prestados pelo CRC SP.



4 SISTEMAS TOTALMENTE INTEGRADOS NUM ÚNICO PACOTE

- ▶ FOLHA DE PAGAMENTO
- ▶ CONTABILIDADE CLM
- ▶ ESCRITA FISCAL
- ▶ CÁLCULO DE TRIBUTOS EM ATRASO



- ▶ Experiência de 15 anos de mercado
- ▶ Mais de 5 mil clientes satisfeitos
- ▶ Soluções na medida certa para sua empresa

Teleendas: 0800 7702040

Ao adquirir o sistema MultiCopan, você terá o que há de mais prático e moderno para a contabilidade da sua empresa. São mais de 30 profissionais especializados, uma equipe de consultores à sua disposição, suporte técnico telefônico, atendimento personalizado, tudo para resolver quaisquer dúvidas, receber sugestões, garantir qualidade e manter o sistema atualizado e modernizado.

ESCRITURA

LAVRADA ESCRITURA DO PRÉDIO ADQUIRIDO PELO CRC SP

O dia 14 de novembro de 2007 ficará marcado na história do CRC SP. Nessa data, foi lavrada a escritura, pelo 21º Tabelião de Notas, do prédio vizinho à sede do Conselho, localizado na rua Rosa e Silva, 104.

A escritura definitiva do imóvel recebeu as assinaturas do presidente do CRC SP, Luiz Antonio Balaminit, do vice-presidente de Administração e Finanças do Conselho, Sergio Prado de Mello, do presidente da Brink's Segurança e Transporte de Valores, Contador Francisco Amaral de Mendonça, e do diretor comercial da empresa, Fernando Sizenando. Como testemunhas, assinaram o diretor administrativo do CRC SP, Luiz Isao Miyata, o gerente da Assessoria Jurídica do Conselho, Luiz Fernando Vaz dos Santos, além do *controller* e CFO da Brink's, Renato Maggieri.

O prédio foi adquirido da Brink's em 14 de dezembro de 2006, data da comemoração dos 60 anos da instalação do CRC SP. Com 7 mil metros quadrados de construção, a nova propriedade do Conselho passará por uma reforma antes de serem instalados os departamentos responsáveis pelo atendimento ao público, ficando o setor administrativo na sede atual.

A cerimônia de lavratura da escritura contou com as presenças dos vice-presidentes de Fiscalização e de Desenvolvimento Profissional do CRC SP, respectivamente, Domingos Orestes Chiomento e Claudio Avelino Mac-Knight Filippi, do diretor executivo do Conselho, Edeson Figueiredo Castanho, e de Lindenberg Santana, superintendente de Operações da Brink's.



O presidente Luiz Antonio Balaminit assina a escritura do prédio adquirido pelo CRC SP.



O vice-presidente de Administração e Finanças, Sergio Prado de Mello, também assina a escritura de mais um imóvel dos Contabilistas paulistas.

“Esta é mais uma conquista dos Contabilistas” – disse o presidente Balaminit, ao assinar a escritura, lembrando que “a classe tem crescido e precisamos de mais espaço para atendê-la”.

O vice-presidente Sergio Prado de

Mello expressou a satisfação de participar desse evento histórico: “O CRC SP está pensando no futuro da classe, no atendimento de mais qualidade aos Contabilistas, que se refletirá na melhor prestação de serviço à sociedade”.

Contabilista, adquira já o seu Certificado Digital Serasa com condições especiais.

Facilite a sua vida e a dos seus clientes.



A Serasa tem uma parceria exclusiva com o CRC SP. Adquira já o seu Certificado Digital Serasa diretamente no site www.crcsp.org.br e acesse os diversos serviços no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) via Internet:

Verifique a situação fiscal da empresa perante a Receita Federal;

Regularize, se necessário, a situação da empresa com mais rapidez;

Solicite, *on-line*, o parcelamento dos débitos da empresa;

Solicite retificações de Darf – Redarfnet;

Entregue a DCTF para empresas com faturamento superior a R\$ 30 milhões;

Envie o Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DACON), a Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), entre outros.



ENTREVISTA

« JUCESP TERÁ REGISTRO DE EMPRESAS INTEGRADO COM CADASTROS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAL »»

EMPOSSADO EM AGOSTO DESTES ANOS COMO PRESIDENTE DA JUCESP (JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO), O ECONOMISTA E PROFESSOR VALDIR SAVIOLLI CONTA, NESTA ENTREVISTA, OS PLANOS PARA SUA GESTÃO E LAMENTA QUE A ALTA DEMANDA PELOS SERVIÇOS DA JUNTA (ESTIMA-SE QUE SEJAM 717 MIL DOCUMENTOS PROTOCOLADOS ATÉ O FINAL DO ANO) ESBARRE NA DEFASAGEM DO QUADRO DE PESSOAL, SEM CONCURSO DESDE 1978.

Quais são os pontos prioritários do seu plano de trabalho como novo presidente da Jucesp?

Valdir Saviolli: Nosso projeto prioritário é promover a integração do registro mercantil, a cargo da Junta Comercial, com os cadastros dos demais órgãos de Estado das três esferas: municipal, estadual e federal. Trata-se de um projeto amplo para criar um portal de constituição de empresas, com uma entrada única das informações na Junta Comercial. Mediante opção do interessado, es-

tas informações serão repassadas aos demais órgãos, para fins de inscrição cadastral e obtenção de licenças. Isto significará uma simplificação bastante grande dos procedimentos para abertura de empresas, com economia de tempo e de recursos. Estamos na fase de definição conceitual deste modelo, para passarmos à etapa de especificação técnica. Esta modernização procura eliminar, na medida do possível, a circulação de papéis e busca viabilizar a tramitação de documentos eletrônicos, por meio de transações via internet com certificação digital.

Quais as maiores dificuldades que o senhor encontrou na Junta, logo que assumiu a presidência?

Valdir Saviolli: A dificuldade principal que enfrentamos atualmente ocorre no atendimento ao usuário. Temos que melhorar bastante este serviço, reforçando nosso quadro de pessoal, racionalizando nossos processos de trabalho e fornecendo informações mais claras aos usuários para que a documentação submetida ao registro já ingresse na Jucesp com uma quantidade menor de erros, diminuindo assim a

ocorrência de exigências posteriores. Vamos também viabilizar uma análise prévia da documentação, já no momento de sua protocolização, saneando de imediato pequenos erros. Temos já em curso algumas iniciativas que deverão resultar em menor tempo de espera do público no atendimento e diminuição no tempo necessário para registro dos atos empresariais.

Na sua opinião, por que os órgãos públicos ainda não conseguem acompanhar a demanda dos serviços solicitados pelos usuários?

Valdir Saviolli: Bem, vou me ater à realidade da Jucesp, sem estender a resposta para outros órgãos públicos. Em nosso caso, ocorreram dois fenômenos. De um lado, houve um forte aumento da demanda por nossos serviços nos últimos anos. Em 2006, foram 519 mil documentos protocolados. Para 2007, a estimativa é de 717 mil documentos (já foram protocolados 478 mil, até agosto). Em 2006, a média diária foi de 2.160 documentos. Até agosto de 2007, a média já chegou a quase 3.000 protocolados. Por outro lado, sofremos uma grave defasagem em nosso quadro de pessoal. Nosso último concurso para contratação de funcionários ocorreu em 1978. Após isso, não tivemos novas contratações e muitos daqueles nomeados no último concurso já se aposentaram. Estamos em processo de contratação de novos servidores, para equilibrar nossa capacidade de atendimento com a demanda por nossos serviços.

E na Jucesp, o usuário ainda é vítima da burocracia quando solicita serviços?

Valdir Saviolli: Infelizmente, sim.



VALDIR SAVIOLLI, 
*presidente da Jucesp
(Junta Comercial do
Estado de São Paulo)*

Ainda há casos em que isso ocorre. Para eliminar tanto quanto possível o excesso de burocracia, estamos iniciando, com apoio de consultoria externa, a aplicação de um método de Gerenciamento de Processos Reestruturados, que tem como objetivo a melhoria e a inovação de nossos processos internos, para dotá-los de padronização, confiabilidade e previsibilidade. Administrativamente, estamos com ações para uniformização da análise dos documentos submetidos ao registro, para evitar exigências divergentes em casos da mesma natureza e também eliminar a ocorrência da formulação de exigências “a prestação”, como se diz no jargão do registro mercantil.

Que tipo de serviços informatizados o usuário encontra na Jucesp?

Valdir Saviolli: O usuário encontra em nosso site (www.jucesp.sp.gov.br) os seguintes serviços informatizados:

a) cadastro web – programa que permite ao usuário a impressão de

ENTREVISTA



“Para eliminar tanto quanto possível o excesso de burocracia, estamos iniciando a aplicação de um método de Gerenciamento de Processos Reestruturados, que tem como objetivo a melhoria e a inovação de nossos processos internos.”



todos os formulários necessários ao registro de documentos (constituição, alteração ou encerramento de empresas), inclusive das guias de arrecadação (GARE e DARF) correspondentes;

b) formulários – por meio desta opção, o usuário pode preencher e imprimir todos os formulários necessários para a obtenção de quaisquer serviços prestados pela Jucesp (busca de nome ou Nire, ficha cadastral, certidões, fotocópias, registro de livros, de microfichas e de folhas soltas), inclusive, pode imprimir também as guias de arrecadação;

c) consulta de andamento de processos – que possibilita o acompanhamento do trâmite interno dos documentos submetidos ao registro;

d) há também o fornecimento de ficha cadastral pela internet, no site da Imprensa Oficial, mediante convênio firmado com a Jucesp.

A informatização implementada na Sefaz (Secretaria de Estado da Fazenda) contempla, de alguma forma, a Jucesp?

Valdir Saviolli: Sim, após a recente subordinação administrativa da Jucesp à Secretaria da Fazenda, fizemos a integração de nossa rede de computadores à rede da Secretaria, para acesso a todos os sistemas corporativos ali instalados. Neste mesmo contexto, as áreas de Tecnologia da Informação da Sefaz estão nos prestando todo o suporte técnico na continuidade da modernização de nossos sistemas. Além disso, destaco também que a alta administração da Sefaz nos confere apoio político-institucional à nossa atuação à frente da Jucesp. Igualmente importante é contarmos com apoio jurídico, técnico e administrativo da Sefaz nas áreas de compras e licitações e de gestão de pessoal.





A parceria da Jucesp com o CRC SP, na sua opinião, tem ajudado a agilizar os procedimentos da Jucesp?

Valdir Saviolli: Sim, os contatos e debates com o CRC SP e, principalmente, as sugestões apresentadas pelos Contabilistas nos ajudam a melhorar nossos procedimentos internos e,

consequentemente, prestar melhores serviços aos usuários.

O CRC SP tem reivindicado a criação da Sala do Contabilista na Jucesp. O senhor acredita que vai implementá-la na sua gestão?

Valdir Saviolli: Apoiamos a reivin-

dicação, pois oferecerá mais facilidade ao trabalho dos Contabilistas que, em muitos casos, fazem a intermediação entre o usuário e a Jucesp. Mas gostaria de lembrar que não depende exclusivamente de nossas ações, uma vez que o prédio que nos abriga está sob administração da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

<p>Contabilidade</p> <p>Criação de Plano de Contas pelo usuário. Pode ser utilizado com ou sem MOUSE. Processamento ON LINE ou não. Várias janelas abertas ao mesmo tempo. Plano de contas em até 7 graus e 9 Grupos. Módulo de Internet acoplado ao programa. Demonstração de Balanços em outra moeda (dólar, euro, etc.). Encargamentos de balanços automáticos. Exportação de movimento no modo delimitado para excel, pdf, com opção de criação de cabeçalhos. Visualizador de relatórios. Buscador de lançamentos por documento, lançamento, data, valor, lançamento pagado, histórico, etc. Ativo / Controle Patrimonial (Depreciações) LALUR. Suporte ao cliente realizado por pessoal qualificado.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Folha de Pagamento: Integrada a contabilidade• Escrita Fiscal: Livro Caixa• Lucro Presumido: Com Integração a D.I.P.J.• Controller (Adm.Escritórios): Controla c/corrente de clientes, tributos, emite notas fiscais, recibos, boletos bancários, ajusta a mensalidade automaticamente, etc..• ContmasterWeb: Publicações de quaisquer documentos, pelo seu Site, com controle de protocolos.• Aberium Segurança de redes e controle de conectividade.	<p>Sistemas Integrados Contmaster[®] Preço e Qualidade numa só marca</p>
---	---	--

CRC SP existem recipientes para o depósito de papéis e outros materiais recicláveis. Nas copas de todos os andares há lixeiras somente para copos plásticos descartáveis.

A reciclagem garante vantagens econômicas e melhora a qualidade ambiental. Segundo dados do Programa de Educação Ambiental do Projeto Metropolitano de Salvador, uma tonelada de papel reciclado significa a economia de três eucaliptos e de 32 pinus, árvores utilizadas para a produção da celulose. A quantidade de água usada nesse processo é de 2 mil litros. Já a fabricação do papel tradicional consome 100 mil litros. No caso do alumínio, a reci-

clagem de uma única lata economiza energia suficiente para manter um aparelho de televisão ligado durante três horas.

A implementação de ações sustentáveis é cada vez mais necessária

para garantir a qualidade de vida no planeta. Pensando no futuro, o CRC SP investe em medidas que contribuem para preservar o meio ambiente, diminuir a poluição e valorizar os recursos naturais disponíveis.



A informação que faz a diferença.

Quem disse que não dá para prever o futuro, tem que conhecer o **ProBi**.

Sempre à frente

Identifique hábitos de consumo dos clientes, tendências de vendas, de margens e de prazo médio em tempo real.

Caminho para o sucesso

Saiba das motivações, preferências de compra e os meios que aumentam a interação entre fornecedor e cliente.

Visão de negócio

Efetue simulações de venda, conheça sua posição financeira, os pontos críticos, desvios significativos e potenciais de negócios a explorar.

Eu aprovo!
O meu escritório e meus clientes utilizam essa solução.

Marcus Zittei
Contábil Zittei - SP

Descubra o que podemos fazer por você e por sua empresa
Solicite uma demonstração
0800 551037
www.prosoft.com.br

Prosoft
Somando soluções para obter resultados.

ENTREVISTA

RECICLAGEM: UMA OBRIGAÇÃO SOCIAL

FUNCIONÁRIO DA SUZANO PAPEL E CELULOSE, O ECONOMISTA WILIAM CORRÊA DA SILVA FALOU AOS COLABORADORES DO CRC SP SOBRE O NOVO PAPEL ADOTADO PARA O TRABALHO NO CONSELHO: O RECICLADO. COM 29 ANOS DE EXPERIÊNCIA NO MERCADO DE PAPEL E IMPRESSÃO, ELE ACHA QUE OS CLIENTES TÊM QUE SE CONSCIENTIZAR E PRESERVAR O MEIO AMBIENTE DO LIXO E CONTRIBUIR SOCIALMENTE, DOANDO O QUE É RECICLÁVEL PARA AS COOPERATIVAS

Qual a importância de as empresas adotarem o uso do papel reciclado?

Wiliam Corrêa da Silva: Há vários ícones de importância. Primeiro, seria a parte ambiental. O conceito do reciclado foca mais em recuperar o lixo metropolitano do que em poupar árvores. Há um índice de não usar árvores quando se faz esse papel, porque são utilizadas as aparas de lixo metropolitano. O segundo ponto seria o conceito social. A Suzano percebeu que, com um produto reciclado, pode recu-

perar a parte metropolitana do lixo. Mas é preciso ir além, ajudando as cooperativas. Essa é uma obrigação social, como uma empresa. A Suzano percebeu que isso também ajuda a vender o produto. Portanto, há três ícones: o ambiente, que é o lixo metropolitano; a parte social, que são as cooperativas; e o negócio. Essa é a diferença da Suzano com relação ao produto reciclado. A Suzano é pioneira nessa parte de preocupação com relação ao meio ambiente e no que ela consegue melhorar na parte social.

Quais são as empresas ou entidades, como o CRC SP, que agora estão tendo essa iniciativa de usar o papel reciclado?

Wiliam Corrêa da Silva: Começou com empresas de cartão de crédito, como a Credicard. O papel usado pelo Banco Real é 100% reciclado. O banco nos ajudou nesse desenvolvimento, acompanhando cada parte da lapidação do produto. Outras empresas são o Bradesco, a Globo, a Ford. Há também o Tribunal de Justiça, o Ministério do Meio Am-



WILLIAM CORRÊA
DA SILVA

*Atua na área de
Suporte ao Cliente da
empresa Suzano Papel
e Celulose*

biente e a Prefeitura de São Paulo, que também estão adotando o papel reciclado.

Que tipo de papel pode ser reciclado?

William Corrêa da Silva: A Suzano usa muito papel de escritório, papelão e revista, que é o maior volume de aparas no mercado. Os papéis de cozinha e o higiênico, não são usados e vão para um aterro sanitário. É preciso ter asseio em relação ao produto para reciclar.

O que você aconselharia às pessoas que têm esse tipo de lixo? Como elas podem separá-lo para doação às cooperativas?

William Corrêa da Silva: Começamos pela empresa. É importante

ENTREVISTA



“A conscientização de que é necessário economizar papel deve vir do usuário: pensar duas vezes antes de imprimir, descartar corretamente o que for jogado fora. Significa trabalhar a consciência de todo mundo em usar.”



que incentive seus funcionários a colocarem papéis e copinhos em lixos separados. Em minhas palestras dou o exemplo de tirar os grampos dos papéis, o que ajuda muito, pois grampo é metal e a reciclagem é diferente. Assim começa a cultura de separar. E é só adaptar isso para dentro de casa. Basta separar o lixo e entrar em contato com uma cooperativa que atue na região. Ela vai passar periodicamente recolhendo vidro, metal, papel e plástico. O lixo orgânico fica sob responsabilidade da prefeitura.

O que é o papel reciclado?

Wiliam Corrêa da Silva: O papel reciclado é, na verdade, um conceito. É um produto que veio para solucionar um problema muito grande nas metrópoles, que é o excesso de lixo. O reciclado usa a fibra de celulose e a tira dos lixões a céu aberto. A palavra é recuperar.

Madeira e água são as matérias-primas das indústrias de papel. O que a Suzano está fazendo para diminuir o dano que a destruição de florestas e o gasto excessivo de água vêm causando

ao meio ambiente?

Wiliam Corrêa da Silva: Toda indústria de papel precisa estar próxima de uma fonte de água. Não importa se está fazendo o papel branco ou o reciclado, ela precisa da água. Claro que se pode reduzir. Essa água toda é recuperada e reutilizada. Primeiro, a água é utilizada internamente e está tratada quando é devolvida. Toda a água que se capta é devolvida para o meio ambiente.

Em relação às árvores, a Suzano segue o conceito da FSC (*Forest Stewardship Council*, que significa Conselho de Manejo Florestal) e planta árvores apenas com a finalidade de transformá-las em papel. Planta-se mais do que se colhe e a reserva florestal é tão grande que a empresa possui créditos de carbono. A Suzano jamais chegou perto da Amazônia, ela consegue o equilíbrio do espaço para árvores e pasto e está totalmente fora de qualquer floresta natural.

O que é o conceito ambiental FSC?

Wiliam Corrêa da Silva: Esse é





um conceito muito forte em relação ao manejo florestal. É o respeito pelas árvores que são plantadas e pelas pessoas que trabalham na área florestal. E também uma medição do que é plantado.

Essa é a prática ambiental que a Suzano está adotando?

Wiliam Corrêa da Silva: Na verdade, são certificados que indicam que a atuação está correta. É também respeito ao usuário. O FSC hoje é tão importante quanto o ISO 14.001 é relevante no setor florestal.

Com relação à área social, o que

a Suzano tem feito?

Wiliam Corrêa da Silva: São muitas as ações sociais, principalmente o projeto Reciclato, que lida com os catadores e suas cooperativas. Além disso, também ligado ao Reciclato, há a ONG Ecofuturo, sustentada com as vendas do Reciclato. Uma parte dessa renda vai para o Instituto Ecofuturo, que tem uma parte social muito forte.

Qual é o trabalho da Ecofuturo?

Wiliam Corrêa da Silva: Ela trabalha em escolaridade com vários projetos, tanto ambiental, quanto

social das regiões. A Suzano também tem o Formare, uma escola, nos ambientes fabris, que educa pessoas da comunidade, da região perto da fábrica.

O que a Suzano sugere às empresas que querem iniciar um programa de economia de papel?

Wiliam Corrêa da Silva: A conscientização deve vir do usuário. Por exemplo, pensar duas vezes antes de imprimir, descartar corretamente o que for jogado fora. Significa trabalhar a consciência de todo mundo em usar. Buscamos economia ao utilizar adequadamente o produto. Porque usando bem, nunca vai faltar.

ENTREVISTA

Na sua opinião, é possível combinar boas práticas econômicas e ambientais com uma boa atuação social?

Wiliam Corrêa da Silva: O Reciclato é um exemplo disso. Ele tem esse tripé de economia: ambiental, social e o negócio. É uma boa prática de tudo, um *case* de sucesso.

Sabe-se que a indústria de papel polui o ar. O que a Suzano está fazendo para combater esse problema?

Wiliam Corrêa da Silva: Depende muito da indústria. Se não tiver controles ambientais, há grande risco

de poluição. A Suzano tem há muito tempo esse conceito ambiental e faz o controle por obrigação, não pelo marketing. O mercado a obrigou a divulgar o que faz. O branqueamento de papel branco, por exemplo, é feito por oxigênio. Ele é livre de cloro gasoso. Toda a emissão de fumaça ou de emissões aéreas ou fluviais é controlada e filtrada. A Suzano é uma das poucas empresas brasileiras de acordo com o conceito alemão, cuja legislação é a mais forte em relação ao meio ambiente. A Suzano também exporta para países com uma legislação muito forte na parte ambiental e tem que ter

esses ícones certificados e procedimentos corretos.

A Suzano tem quatro unidades (uma em Mucuri e três em São Paulo) e uma parceria com a Copacel, em Americana. São fábricas dentro de metrópoles. Ela faz de tudo para que a população não tenha desconforto ambiental ao morar ao lado da fábrica. Até pilhas de cavaco são cobertas para que o vento não leve pó ou serragem para a roupa no varal. A Suzano se preocupa com isso. E a Sabesp está sempre dentro da fábrica, monitorando, policiando. Há órgãos controladores ambientais muito fortes monitorando quem fabrica esse produto.

Softwares Contábeis **Alterdata**



Agilidade, confiabilidade e eficiência com recursos que seu escritório contábil sempre desejou



ALTERDATA
TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA

0800-704-1418
www.alterdata.com.br



Verifique as condições de compra pelo Cartão BNDES

 A Alterdata está entre as 200 maiores empresas de tecnologia do Brasil, segundo a revista Info (IABM) em 2007.

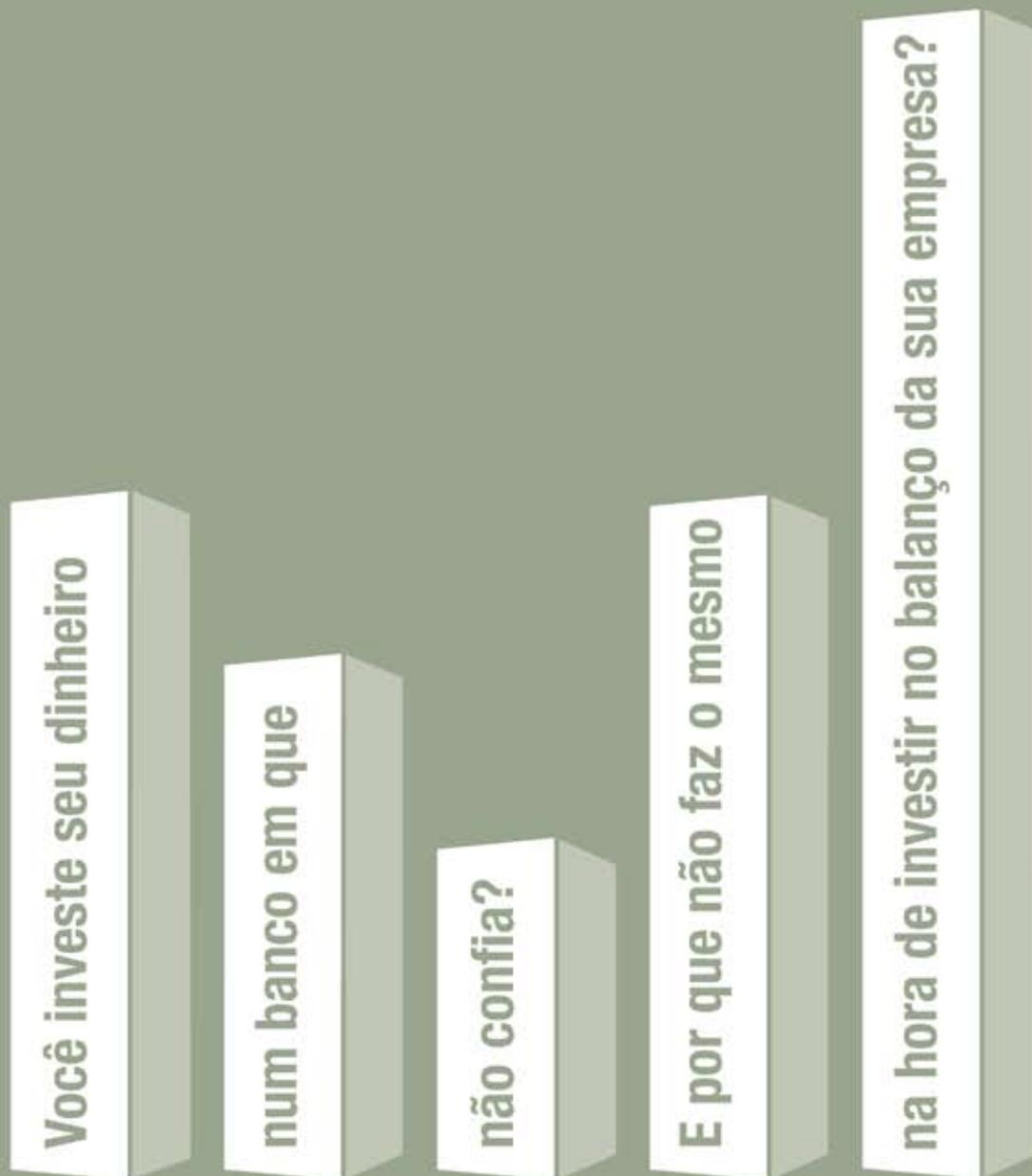
 Novamente na lista das 100 maiores empresas de TI do país, publicada pela Associação Informática Hoje de 2007.

 É uma das 100 melhores empresas para se trabalhar no Brasil e a 10ª do segmento de TI. Votou em 2007.

 No melhor grupo de empresas de tecnologia com certificação de qualidade ISO 9001 do Brasil.

Mais de 50 escritórios de atendimento de norte a sul do Brasil

Filiais e Representações em: AL - Alagoas - AM - Manaus - BA - Feira de Santana, Salvador, Vitória da Conquista - CE - Fortaleza - DF - Brasília - ES - Cachoeira de Itapetininga, Linhares, Vitória - GO - Goiânia - MA - Imperatriz, São Luís - MG - Belo Horizonte, Cataguases, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Teófilo Ottoni, Uberlândia - MS - Campo Grande - MT - Cuiabá - PA - Belém, Castanhal - PB - João Pessoa - PE - Petrolina, Recife - PR - Curitiba, Londrina - RJ - Angra dos Reis, Cabo Frio, Campos - RJ - Duque de Caxias, Itaperuna, Macaé, Nova Friburgo, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Teresopolis, Volta Redonda - RN - Natal - RS - Lajeado, Passos Fundos, Porto Alegre - SC - Florianópolis - SE - Aracaju - SP - Ribeirão Preto, São Paulo, Sorocaba.



Publicar o balanço da sua empresa no Estadão é um excelente negócio, e uma grande oportunidade de atrair investidores com poder de decisão e que estão sempre atentos a números que sinalizem potencial de lucro. Anuncie o balanço da sua empresa no Estadão e valorize ainda mais a sua marca. Para anunciar, ligue (11) 3856 2080 ou pelo e-mail publicidade.legal@grupoestado.com.br

GRUPO ESTADO

• O ESTADO DE S. PAULO

ESTADO
ELDORADO
AM 700 • FM 92,5

Jornal da Tarde

AGÊNCIA
ESTADO

OESP
1971

OESP

estadao.com.br

O novo endereço da Folhamatic não começará com www.



Início das atividades da Nova Sede Folhamatic - 03 de janeiro de 2008

A Folhamatic é uma empresa consistente e sabe que nada acontece do dia para a noite. Nossa nova sede mostra bem isso e já está quase pronta. Uma estrutura de 4000 m² em uma área total de 15.000 m², situada na cidade de Americana - SP, região metropolitana de Campinas, com o que existe de melhor em tecnologia e pessoas, todas pensando em você.

Saiba mais:

www.folhamatic.com.br/novasede

VENDAS E INFORMAÇÕES

0800 015 4400

Consulte nossos valores e condições especiais.



- e-CRM Contábil
- Folha de Pagamento
- Escrita Fiscal
- Impostos
- Livro Caixa
- Contabilidade
- LALUR
- Ativo Imobilizado
- Administrador de Escritório Contábil
- Cálculo de Impostos em Atraso
- Fiscalmatic



- Financeiro / Fs-Bank
- Contas a Pagar
- Contas a Receber
- Fluxo de Caixa
- Controle Bancário
- Faturamento
- Estoque de Matérias Primas
- Estoque de Produto Final
- Ordem de Fabricação

